RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MPPA

ANO BASE: 2023/2024

SUMÁRIO 3
1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PARÁ 7
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 9
2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 9
2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023 11
3. PRINCIPAIS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS EM 2023 15
3.1 - ÁREA AMBIENTAL - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL 15
3.2 - ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO 17
3.3 - ÁREA CRIMINAL 22
3.4 - ÁREA INFÂNCIA E JUVENTUDE 25
3.5 - ÁREA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA 27
3.6 - ÁREA DIREITOS SOCIAIS 30
3.7 - ÁREA DIREITOS HUMANOS 32
3.8 – AUTOCOMPOSIÇÃO 40
3.9 – CORREGEDORIA-GERAL 44
3.10 - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO 45
3.11 – GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL 54
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 63
4.1 OUVIDORIA-GERAL 63
5. GESTÃO ADMINISTRATIVA 67
5.1 - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAS 67
5.2 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO 70
5.3 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 74
5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA 75
5.5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL 89

MENSAGEM DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados e Excelentíssimas Senhoras Deputadas,

É uma honra dirigir-me a essa Douta Casa Legislativa para apresentar o Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, referente ao exercício de 2023, bem como o planejamento e as necessidades para 2024, conforme o que estabelece o § 3º do Art. 179 da Constituição Estadual de 1989.

As principais atividades realizadas em 2023 estão expressas neste relatório a partir de informações dos diversos órgãos e unidades do Ministério Público, bem como pelos departamentos administrativos, assessorias e demais estruturas desta instituição ministerial, enfatizando aos ilustres parlamentares a aplicação dos recursos financeiros recebidos no exercício em questão.

O presente relatório está estruturado tendo como introdução um texto sobre a identificação da instituição, seguida das ações do planejamento estratégico e a demonstração de seu orçamento. Logo após, são apresentadas as principais realizações finalísticas por área de atuação, evidenciando também os resultados obtidos quanto ao relacionamento com a sociedade e, por fim, as atividades realizadas pela Gestão Administrativa do Ministério Público.

Com o fim das regras impostas pela Lei Complementar nº 173/2020, no final do ano de 2021, foi possível avançar no crescimento sustentável do P*arquet*, permitindo a realização de ações estruturantes, necessárias para a consolidação e fortalecimento desta instituição prestadora de serviços relevantes à sociedade paraense.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, o ano de 2023, segundo ano da atual gestão, foi marcado por um avanço considerável na execução do plano de trabalho apresentado durante o pleito eleitoral, tendo havido uma sinergia de esforços entre todos os integrantes da instituição, com o único objetivo de fazer cumprir a proposta de trabalho e seu orçamento, construído nesta gestão para o exercício, de forma mais eficiente possível.

Dessa forma, foi possível executar 96,80% do orçamento para o exercício 2023 e cumprir o limite de gastos com pessoal, determinado na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, fechando o exercício com o percentual de 1,4366% sobre a Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de alerta, que é de 1,80% da RCL.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, encerro aqui a minha mensagem de apresentação do Relatório de Atividades do Ministério

Público do Estado do Pará - MPPA, referente ao exercício de 2023, planejamento e necessidades para 2024, renovando a mais alta estima por essa conceituada Casa e submetendo à apreciação de Vossas Excelências o documento de cumprimento da Carta Constitucional.

César Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador-Geral de Justiça

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PARÁ

A principal razão da existência do Ministério Público é a “Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania”. Esta é a sua missão e, pautada no art. 127 da Constituição Federal, a Instituição Ministerial foi, assim, alçada à verdadeira guardiã das liberdades públicas e do Estado Democrático de Direito, devendo atuar na busca da concretização dos direitos fundamentais.

Nesse sentido, o Ministério Público é o protagonista dos caminhos que dão acesso à concretização dos direitos fundamentais, utilizando-se dos instrumentais processuais e extraprocessuais aptos à resolução definitiva de cada uma das espécies de conflitos abrangidos por sua área de atuação, inclusive buscando as soluções consensuais, quando adequadas para a defesa dos direitos.

Para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é prioritário o modelo de Ministério Público de atuação extrajudicial para a efetividade da função resolutiva. Em vista disso, expediu a Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, e também a Carta de Brasília, que é uma tratativa sobre a modernização do controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público Brasileiro.

Suprir as necessidades crescentes do atendimento extrajudicial possibilita que os conflitos de interesse da sociedade sejam resolvidos de forma mais ágil. A resolução desses conflitos se dá por meio de instrumentos variados (audiências públicas, reuniões, procedimento administrativo preliminar, inquérito civil, procedimento investigatório criminal, recomendações, termo de ajustamento de conduta, entre outros), de suma importância para dar maior eficiência às competências do Ministério Público, e meio para aproximar mais a Instituição da coletividade, sendo um ótimo caminho de desobstrução do Judiciário abrindo espaço para uma prestação jurisdicional de melhor qualidade.

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) é uma instituição pública permanente, autônoma, com autogoverno, constitucionalmente independente, desatrelado dos demais poderes (não se integra aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas) e é alocado, segundo disposição própria da Constituição Federal (Seção I do Capítulo IV do Título IV) e estadual (Seção I do Capítulo IV), entre as funções de essenciais à Justiça.

Ainda, segundo a Constituição Estadual (Art. 183), ao MPPA é assegurada autonomia funcional, administrativa e orçamentária. Portanto possui orçamento, carreira e administração próprios.

Toda essa característica foi conferida ao Ministério Público pela Constituição Estadual, para que houvesse no Estado uma instituição que atuasse com independência entre interesses que se opõem, sem favorecer um em detrimento de outro.

Na busca de uma maior aproximação com a sociedade, esta casa ministerial está presente em todas as regiões do Pará, utilizando-se dos instrumentos processuais e extraprocessuais, na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, por meio de suas Promotorias de Justiça.

Destarte, as Promotorias de Justiça do MPPA têm suas atividades estruturadas no atendimento à sociedade por área de atuação, sendo elas: Agrária; Defesa Comunitária, da Cidadania, dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos; Cível; Criminal; Ações Constitucionais e Fazenda Pública; Infância e Juventude; Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher e Eleitoral.

Processos Judiciais e Extrajudiciais relacionados a temas diversos, como conflitos que envolvem a Terra, Idosos, Família, Execuções Penais, Meio Ambiente, dentre outros, são objeto de atendimento em cada área afeta às Promotorias de Justiça.

A atuação proativa e preventiva do MPPA se confronta com a necessidade desta instituição de tomar providências no sentido de expandir o atendimento com qualidade, o que envolve a contratação de novos promotores de justiça e de pessoal de apoio, bem como o suprimento de toda a infraestrutura física necessária.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O MPPA, desenvolveu a estratégia de desdobrar o PEI – 2021-2029 em planos táticos de médio prazo, denominados setoriais e diretores, os quais contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais através de projetos e inciativas.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidas as seguintes ações:

1) Participação na Revisão do Plano Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público 2020-2029: Durante o ano de 2023, o MPPA, contribuiu com a revisão do PEN, apresentando inclusive, propostas de programas e ações estratégicas.

2) Planejamento estratégico: Iniciado o processo de revisão do Plano Estratégico Institucional-PEI MPPA 2021-2029, efetuando um balanço do que foi realizado, os riscos e a mitigação destes.

3) Planejamento tático: Nesse nível, foi realizado o acompanhamento de 11(onze) Planos Setoriais (área finalística), coordenados pelos CAOs, Núcleo e Grupos Especiais e 08 (oito) planos diretores, sob a coordenação da Subprocuradoria-Geral de Justiça, Área Técnico-Administrativa, Diretores e/ou Assessores. Integram tais planos, um total de 35 (trinta e cinco) projetos da atuação finalística e 29 (vinte e nove) iniciativas. Da área estruturante, 08 (oito) projetos e 15 (quinze) iniciativas.

Dentre esses projetos, merecem destaque o “Projeto Navegue, não naufrague nos crimes sexuais”, premiado em 1º Lugar no Banco Nacional de Projeto do CNMP na categoria Diálogo com a Sociedade; os projetos Educação entre Pares e Pobreza Menstrual que receberam certificados concedidos pela Corregedoria Nacional, na ação “Boas Práticas Resolutivas” e o “Projeto Eniato – Controle da Evolução Patrimonial dos Agentes Públicos” que objetiva aprimorar o controle de legitimidade, no âmbito dos municípios paraenses, do enriquecimento de agentes públicos no exercício de funções públicas, de modo a identificar eventuais acréscimos indevidos.

4) Plano de Contratações Anual (PCA): O MPPA elaborou, publicou e acompanhou a execução do PCA 2023. O acompanhamento foi realizado através de um painel de *Business Intelligence (BI)*, desenvolvido internamente, que permitiu a visualização em tempo real da execução do plano (com duas telas – itens e processos). Foi gerado ainda o PCA 2024, que teve sua execução iniciada ainda em 2023, no que se refere ao processo licitatório.

5) Portfólio de Projetos: O ano de 2023 foi marcado também pela disponibilização pública do Portfólio de Projetos, que constitui um BI com onde é possível verificar todos os projetos do MPPA, visualizando características dos mesmos, como: a inscrição no Banco Nacional de Projetos – BNP, Área Temática e a Situação de cada um deles (andamento e finalizados). O objetivo foi divulgar interna e externamente os projetos institucionais.

6) Painel de Indicadores: Foi lançado também o *BI* Painel de Indicadores, tendo por finalidade informar a todos os interessados, dados institucionais, econômicos, de segurança pública, de educação e de saúde dos municípios paraenses. Neste *BI,* são disponibilizados 5 *dashboards* com filtros que permitem, inclusive, a seleção de regiões administrativas reunindo informações dos municípios que às compõem, apresentando ainda um mapa onde são destacados o município ou a região escolhida.

7) Site do Planejamento Estratégico: O MPPA disponibilizou o site do Planejamento Estratégico, contendo informações importantes da Instituição seja para seu público interno e

externo. São disponibilizados o caderno do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, para visualização integral de todo o documento que o compõe, com detalhes sobre a metodologia adotada, como se deu a construção do PEI, cada um dos objetivos estratégicos e das estratégias e a forma de monitoramento e avaliação. Está disponível também o Mapa Estratégico, que traz a missão, a visão e os valores que norteiam a execução do planejamento estratégico na instituição. Traz uma visão geral dos objetivos e relação destes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU. No *subsite* (localizado no Portal da Instituição) são disponibilizados os BI's de portfólio de projetos e de painel de indicadores conforme já apresentados acima.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

1. Conclusão da revisão do PEI;
2. Elaboração de novo BI de acompanhamento do PCA 2024 permitindo análises mais detalhadas quanto a sua execução;
3. Novo painel de indicadores, com atualização automática de indicadores cuja elaboração de novos planos setoriais e diretores;
4. Ampliar a capacitação interna, principalmente com ênfase em governança, resolutividade e inovação;
5. Projeto Planeja MP: Capacitação de membros e servidores em Planejamento, governança e gestão;
6. Elaboração do novo Plano de Atuação com destaque para resolutividade;
7. Elaboração de proposta de reformulação de critérios de movimentação da carreira de membros ressaltada a resolutividade.

2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023

Em cumprimento à Carta Magna de 1988, que estabelece a Lei dos Orçamentos Anuais (LOA) em seu Art. 165, III, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) teve um orçamento, que faz parte desta LOA, aprovado para o exercício de 2023, em valores no montante de **R$ 972.710.172,61** (novecentos e setenta e dois milhões, setecentos e dez mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e um centavos), dos quais **R$ 941.590.515,83** (novecentos e quarenta e um milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e quinze reais e oitenta e três centavos) foram efetivamente aplicados, sendo que foram utilizados 96,80% dos recursos aprovados no orçamento.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Exercício:2023
Todas as Fontes R$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	DESPESA REALIZADA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	641.176.262,72	68,10%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	267.389.409,70	28,40%
INVESTIMENTOS	33.024.843,41	3,51%
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	0,00%
Total	941.590.515,83	100%

Fonte: SIAFEM

Por ser o Ministério Público do Estado do Pará um órgão puramente prestador de serviço à sociedade, é natural que o maior gasto em 2023 tenha se concentrado na despesa de pessoal e encargos sociais, como se deduz no quadro acima, tendo sido realizado no exercício de 2023, recursos na ordem de R$ 641.176.262,72 (seiscentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), representando 68,10% do valor executado por esta Instituição Ministerial.

Seguido a esta despesa, observa-se um percentual aplicado com o custeio, na ordem de 28,40% em relação ao total da despesa realizada, para a manutenção da máquina administrativa do Órgão. Ressalta-se que no bojo dessa despesa encontra-se o custeio da folha de pessoal, devidos aos integrantes desta Casa Ministerial, cuja despesa em 2023 foi de R$138.940.391,41 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos), os quais não estão detalhados no demonstrativo acima, porém é importante frisar, pois compõem o gasto, absorvendo 14,76% do total da despesa realizada e representa mais de 50% da despesa realizada de custeio do Órgão.

Em relação à despesa de capital, observa-se uma realização em relação à despesa total executada, na ordem de 3,51% para investimento, observando que não houve despesa de inversões financeiras em 2023, onde destaca-se como mais expressivo nesses grupos as aquisições de equipamentos e materiais permanentes e os investimentos em Tecnologia da Informação.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Exercício:2023
Todas as Fontes R$

GRUPO DE FONTE	DESPESA REALIZADA	% de Execução
TESOURO	928.994.643,43	98,66%
OUTRAS FONTES	12.595.872,40	1,34%
Total	941.590.515,83	100%

Fonte: SIAFEM

O demonstrativo acima evidencia que a maior parcela dos recursos que financiaram as ações orçamentárias do MPPA foi proveniente de Recursos do Tesouro Estadual (98,66%). Segundo o art. 18 da Lei nº 9.649, de 29 de junho de 2022 - LDO/2023, a proposta orçamentária do MPPA, deve ser elaborada a partir da incidência do percentual de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI), cujo cálculo deve se basear nas receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União ao Estado, deduzidas as despesas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos municípios, a parcela dos recursos vinculados a manutenção do ensino, e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Em 2023 foi possível alavancar o crescimento sustentável institucional, fato esse que se prevê uma continuidade, sendo fundamental para a permanência desse crescimento, minimamente a manutenção do percentual acima referido.

As outras fontes de recursos que financiaram a execução das despesas do MPPA em 2023 foram: as Transferências de Convênios, Receitas Próprias do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e a Receita proveniente dos Rendimentos dos recursos aplicados no mercado financeiro, que representaram apenas 1,34% do total aplicado no exercício, não sendo possível o avanço na utilização desses recursos devido a vinculação dos mesmos não permitirem a aplicação em outras despesas.

Relevante ressaltar também a situação fiscal do MPPA, relativa à apuração do percentual do gasto com pessoal e encargos sociais. Em cumprimento ao dispositivo contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 20, inciso II, alínea d, que fixa o limite de gastos do Ministério Público dos Estados com Pessoal e Encargos Sociais em 2% da Receita Corrente Líquida, em cada período de apuração. A Receita Corrente Líquida (RCL) consiste no somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias,

de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes, deduzidos nos Estados os valores das transferências constitucionais.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2023, o Demonstrativo de Despesa com Pessoal aponta que o MPPA obteve o percentual de gasto com essa despesa de 1,4366% sobre a RCL, portanto abaixo do limite de alerta, que é de 1,80% da RCL.

Planejamento 2024

O Orçamento do Ministério Público para 2024 se configura conforme o quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Exercício: 2024
Todas as Fontes R$

GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL			% DESPESA POR GRUPO
	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	660.872.530,00	-	660.872.530,00	66,36%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	271.950.698,00	2.640.000,00	274.590.698,00	27,57%
INVESTIMENTOS	52.081.323,00	8.305.500,00	60.386.823,00	6,06%
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	-	10.000,00	0,00%
Total	984.914.551,00	10.945.500,00	995.860.051,00	100,00%
% DA DESPESA POR FONTE	98,90%	1,10%	100,00%	

Fonte: SIAFEM

Para o exercício de 2024 foi consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Ministério Público do Estado do Pará, o montante de R$ 995.860.051,00 (novecentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil, cinquenta e um reais), cuja maior aplicação será para despesas de pessoal (66,36%), dada a característica fundamental desta instituição ministerial ser de prestadora de serviços à sociedade, contemplando temas como:

- Reajuste do subsídio dos membros;
- Ingresso de 65 (sessenta e cinco) Promotores de Justiça;
- Revisão dos vencimentos dos servidores;
- Implantação gradativa (25%) do PCCR e Estrutura Organizacional.

Seguida a essa despesa, as Despesas de Custeio, que representam a manutenção da máquina, representam 27,57% do total da despesa orçada, destacando-se na sua programação despesas como:

- Ingresso de estagiários de pós-graduação;
- Contratação de empresa para Publicidade Institucional;
- Contratação de empresa para Digitalização de documentos;
- Área tecnológica: Cessão do sistema integrado de gestão para área meio, internet – cobertura e velocidade, licenças, *softwares* e banco de dados, *backup*.

As despesas de Investimentos e Inversões Financeiras, que juntas representam as Despesas de Capital programadas na LOA, onde o grande foco são as instalações físicas do MPPA, para 2024 merecem destaque:

- Previsão de Construção de novas sedes do MPPA nos municípios de Bragança, Mosqueiro, Benevides, Breves, Capanema, Itaituba, Jacareacanga, Paragominas, Prainha, Santa Izabel do Pará, São João do Araguaia e Tucuruí;
- Reforma de prédios do MPPA, como o antigo prédio da ROFAMA e a residência oficial (RO) de Rurópolis;
- Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação, Proteção, Segurança e Socorro;
- Aquisição de Mobiliários em Geral para compor os ambientes dos novos prédios a serem construídos/Reformados.

Os detalhamentos e justificativas dessas despesas estão amplamente apresentados e mais bem explanados em cada área específica.

Conforme demonstrado no quadro acima, todas essas despesas serão custeadas com recursos provenientes do Tesouro Estadual, a qual é a fonte representa 98,90% do total das fontes de financiamento da programação orçamentária do MPPA, em consonância com o teto de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos, já mencionada anteriormente. A diferença foi orçada com outras fontes de recurso, originários de rendimentos de aplicações financeiras, convênios e receita própria do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e que compõe a estrutura de fontes com apenas 1,10%.

3. PRINCIPAIS AÇÕES FINALÍSTICAS EXECUTADAS EM 2023

3.1 - ÁREA AMBIENTAL - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL AMBIENTAL

No ano de 2023, o Centro de Apoio Operacional Ambiental respondeu a 64 (sessenta e quatro) solicitações de pesquisas e 56 (cinquenta e seis) de atendimentos. As solicitações

de pesquisa atenderam às demandas das Promotorias de Justiça de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, e dos Centros de Apoio Operacional de outros Ministérios Públicos.

O CAO Ambiental proferiu palestra com o tema "Inter-relação dos crimes ambientais com a corrupção, a lavagem de ativos e o crime ambiental organizado" no evento "Combate à corrupção e a lavagem de dinheiro em crimes ambientais", organizado pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O evento foi realizado na sede do Banco Central do Brasil, em Belém, e teve como público-alvo, delegados da Polícia Federal, da Polícia Civil do Estado do Pará, agentes e técnicos do IBAMA, Receita Federal, dentre outros agentes públicos ligados à área. O objetivo principal foi a qualificação dos agentes públicos com atribuição para combater o crime organizado ambiental, propiciando a troca de informações e experiências entre todas as instituições envolvidas.

Também houve reunião com a Coordenadora da COEAM/INPE, a Doutora Alessandra Rodrigues Gomes, para discutir os entendimentos iniciais visando a capacitação do corpo técnico e de membros do MPPA.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Prevê-se a conclusão da assinatura da Adesão no início do ano de 2024, quando serão realizados treinamentos para uso da Plataforma para membros e servidores do MPPA, para diagnósticos e monitoramentos de uso do solo, com ênfase no desmatamento. O MPPA está fazendo levantamento dos projetos de mercado voluntário de carbono, através da análise dos dados do Portal da certificadora Verra, e planeja em 2024, com apoio do IMAZON, ter um panorama georeferenciado de todos os projetos incidentes no Estado, e que deve gerar nova publicação em 2024, a fim de auxiliar a atuação ministerial sobre o assunto.

3.2 - ÁREA CÍVEL, PROCESSUAL E DO CIDADÃO

O Ministério Público do Estado do Pará possui em sua estrutura órgãos auxiliares à atividade funcional, incluindo o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e Cidadão. Seu objetivo é promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, buscando disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na seara do Direito de Família; Sucessões; Interditos/Incapazes; Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Registros Públicos; Acidentes de Trabalho; Consumidor; Eleitoral; Terceiro Setor e demais matérias relacionadas ao Direito Civil, Comercial e Processual.

Esta coordenação possui sob sua vinculação três núcleos: Núcleo do Terceiro Setor, Núcleo Eleitoral e Núcleo do Consumidor (implementado no ano de 2023). Durante o ano de 2023, participou de 127 reuniões e eventos com Promotores de Justiça, outras Instituições e Órgãos Públicos bem como, com a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer estratégia de atuação institucional, principalmente, no que se refere aos problemas que envolvem a temática do consumidor; eleitoral e cível.

Frisa-se as seguintes atividades realizadas em conjunto com instituições públicas e que continuará sendo desenvolvidos no plano setorial: como fiscalização do Palmito de Açaí; debatendo problemas relacionados à segurança da navegação já apresentados pelo Grupo de Trabalho (GT) Navegação, especialmente a prevenção dos acidentes de escalpelamento; fazendo-se presente em reuniões do Fórum de Segurança do Tráfego Aquaviário no ano de 2023, com a instalação do Núcleo do Consumidor e o avanço nos debates da rede pública de saúde para tratar do enfrentamento à Doença de Chagas, além da intensificação das atividades de interiorização do Fórum Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxico, inclusive com publicação de elaboração de manual para contribuir com a atuação dos membros dentro desta temática e ter o MPPA sediado a Segunda Reunião Anual do Fórum Nacional de Combate aos Impactos de Agrotóxicos e Transgênicos que fora sitiada em Belém, além da gestão do contrato de DNA que atende os projetos de defesa de filiação.

Cumpre pontuar ainda a interação institucional entre o MPPA por meio do CAO CPC e a ALEPA, com a finalidade de fomentar políticas públicas em importantes áreas da sociedade tendo sido no dia 28/04/ 2023, publicada a lei nº 9.898, que trata da política da logística reversa de medicamentos dentro do Estado do Pará.

Para fomentar as atividades acerca da comissão de Acessibilidade do MPPA, foram realizados eventos e reuniões com fito de chamar atenção para a necessidade de inclusão da sociedade a partir do acesso às pessoas com deficiências nos mais diversos espaços, realizando no ano de 2023 atividades de interiorização para municípios de três polos do estado: nordeste I, baixo amazonas e sudeste I. visando aprofundar as questões afetas a temática da cidadania criou-se o Projeto “MP+Cidadania”, o qual por meio de articulação com parceiros governamentais e não governamentais promove atividades de cidadania, facilitando os serviços de acesso a saúde (atendimento médico, odontológico, psicossocial), expedição de documentos, balcão de direitos, capacitação para inserção de mercado de trabalho, cursos e informações.

Seguem alguns títulos de projetos que foram desenvolvidos: “Consumo Consciente: Alternativas para um planeta sustentável”; “Agrotóxicos: Uso Consciente e Responsável”, “Fórum do Baixo Amazonas de Direito do Consumidor: Conectividade, Eletricidade, Consumo e Saúde Humana”, “A proteção do consumidor e as boas práticas de higiene alimentar”, “II Reunião ampliada do Fórum Nacional de combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos”, “Logística Reversa de medicamentos: Descarte no lugar correto” e “Encontro anual do Fórum Regional de Combate aos impactos causados pelo uso de Agrotóxicos da Região Sul e Sudeste do Pará.

Núcleo do Terceiro Setor

• Participação no projeto de capacitação do Tribunal de Contas Municipais do Pará, intitulado "CapacitAÇÃO – Conectando – Conhecimento com Você", dentro do painel "Lugar de Criança é no Orçamento", com a atuação como palestrante em diversos municípios do Pará, como Santarém, Altamira, Bragança e Belém;

• Apresentação do Projeto PC ONLINE durante a Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no Ministério Público do Estado do Pará, realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em que recebeu nota elogiosa sob as seguintes palavras: "digno de elogio funcional que vai muito além da atividade básica ministerial, conseguindo resultados concretos e amplos, que impactaram toda a instituição ministerial do Estado do Pará";

• Participação nas reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará com outros órgãos estaduais e federais de Controle;

• Formulação e apresentação do projeto "O Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó", em que serão feitas palestras e eventos educacionais às entidades de interesse social do Marajó, com a finalidade de melhorar a gestão interna dessas entidades e aumentar a participação delas nas políticas públicas da região;

• Elaboração de pareceres e consultas, jurídicos e contábeis, a respeito das entidades de interesse social localizadas no interior do Estado do Pará, como forma de orientar e auxiliar as atividades de fiscalização dessas instituições pelo Ministério Público.

Núcleo do Consumidor

A instalação do Núcleo de Defesa do Consumidor, permitiu a realização da 1º Reunião Ampliada que tratou sobre a TRANSMISSÃO DA DOENÇA DE CHAGAS NO ESTADO DO PARÁ E O PROGRAMA DE RASTREABILIDADE DO FRUTO DO AÇAÍ, realizada em 16/10/2023, que teve como Público-alvo: o Núcleo de Defesa do Consumidor – NUCON, Promotorias de Justiça do Consumidor, Visa Estadual-DEVS/SESPA, Coordenação Estadual de Doença de Chagas e Secretarias Municipais de Saúde do Pará, reunião que proporcionou o avanço nos debates da rede pública de saúde para tratar do enfrentamento à Doença de Chagas, além da intensificação das atividades de interiorização com a elaboração de manual para contribuir com a atuação dos membros dentro desta temática; tudo conforme os documentos em anexo.

Outrossim, o MPPA, por meio do Núcleo de Defesa do Consumidor, se fez presente nas Reuniões do NUCON e SENACON, realizadas em 20/10/2023 e 07/12/2023, de forma híbrida, sob as temáticas: "NUCON acerca do sistema nacional do consumidor".

(Imagem realizada em evento alusivo ao Dia do Consumidor na USIPAZ)

(Imagem reunião para tratar do transporte hidroviário no território do Estado do Pará)

(Imagem da Instalação do Núclo do Consumidor)

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

O MPPA junto com o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão (CAO CPC) permanecerá com os trabalhos desenvolvidos constantes no plano setorial, especialmente no que concerne o trabalho de garantia de segurança alimentar, tanto dentro da atuação no Fórum dos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico e fomento na regularização da produção do palmito de açaí; além da segurança da navegação, com o trabalho em rede (inclusive com a participação da Marinha do Brasil) na prevenção de escalpelamento. Para além disso, promoverá seminários de interiorização para divulgação da lei que que trata da logística reversa de medicamentos dentro do Estado do Pará.

Será dada especialmente atenção ao Projeto MP+Cidadania, qual por meio de articulação com parceiros governamentais e não governamentais promove atividades de cidadania nos municípios, especialmente da Região do Marajó, facilitando os serviços de acesso à saúde (atendimento médico, odontológico, psicossocial), expedição de documentos, balcão de direitos, capacitação para inserção de mercado de trabalho, cursos e informações.

A defesa da filiação permanecerá sendo trabalhada com a gestão do contrato de DNA que garante a crianças e adolescentes o direito à paternidade, direito implícito no princípio constitucional da dignidade humana; conscientizar a comunidade quanto à importância e ao direito de toda criança em ter declarada sua paternidade em seu registro de nascimento e sensibiliza os supostos pais de crianças, quanto à importância emocional e social da paternidade.

Por fim, será realizado trabalho em conjunto com os núcleos vinculados aos Centros de Apoio. Assim, necessita-se de apoio, como já vem sendo realizado, para pagamento de diárias, passagens, fornecimento gráfico, manutenção nos equipamentos tecnológicos, fornecimento de *coffee break* e lanches nos seminários e eventos, apoio com deslocamento entre outros.

Quanto aos Núcleos:

a) **Núcleo do Consumidor**: Dará continuidade nos trabalhos desenvolvidos constantes no plano setorial, especialmente no que concerne ao trabalho de garantia de segurança alimentar, tanto dentro da atuação no Fórum dos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico e fomento na regularização da produção do palmito de açaí; além da segurança da navegação, com o trabalho em rede (inclusive com a participação da Marinha do Brasil) na prevenção de escalpelamento.

b) **Núcleo do terceiro Setor**: Contínuo apoio às Promotorias de Justiça do interior do Estado do Pará, de maneira a manter a excelência na atuação funcional do Ministério Público na fiscalização das entidades de interesse social locais. Participação em futuras palestras, ofício e eventos educacionais e informativos sobre o terceiro setor, em conjunto com os demais órgãos e instituições públicas afetas a área em questão. Dar início ao projeto "O Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó", com expectativa de que seja iniciado ainda na primeira metade de 2024.

c) **Núcleo Eleitoral**: Em face das modificações que ocorrem na legislação eleitoral, as atividades do Núcleo Eleitoral para o próximo pleito (2024) serão melhor desenvolvidas nos primeiros do ano vindouro, período em que as resoluções do TSE e outros atos normativos começam a ser publicados. Desse modo, deixo de especificar qualquer ação específica, salvo as de rotina deste Núcleo Eleitoral.

3.3 - ÁREA CRIMINAL

Na esfera criminal, o Ministério Público sempre teve sua principal área de atuação. Através dela, a Instituição externa suas competências no que se refere a matérias relacionadas ao direito penal e processual penal, que de um modo geral estão relacionadas ao cometimento de crimes. No âmbito do MPPA, as medidas destinadas ao combate, prevenção e controle da criminalidade são divididas nas seguintes áreas: Controle Externo da Atividade Policial; Crimes Contra a Ordem Tributária; Criminal Comum; Entorpecentes; Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas; Militar; e Tribunal do Júri. Como órgão auxiliar da atividade criminal há o Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM).

A subdivisão em áreas de atuação visa otimizar os trabalhos do *Parquet*, principalmente em localidades com elevada densidade demográfica que naturalmente tendem a possuir maior complexidade em demandas judiciais e extrajudiciais. Em que pese a existência de promotorias criminais especializadas em vários municípios, aqueles que porventura não possuam tal ramificação, a competência para atuar pode recair em qualquer Promotor de Justiça, de forma que a sociedade não fique desguarnecida da proteção conferida pela instituição.

Com esse espírito articular, a Coordenação do CAO de Políticas Criminais realizou, em 2023, 03 (três) Encontros de Formação Criminal Regional, nas Regiões Administrativas do Sudeste, do Sudoeste e do Baixo Amazonas, 209 (duzentas e nove) reuniões de trabalho, presenciais, virtuais ou híbridas, internas ou externas, com representantes de órgãos e instituições públicas com atuação na área criminal, segurança pública e/ou sistema prisional,

01(uma) proposta de Resolução (Transformação de cargo PJ Execução Penal), 04 (quatro) Projetos em execução, 05 (cinco) iniciativas em execução, 01(um) mutirão de ANPP realizado (Altamira), 02 (dois) informativos, 26 (vinte e seis) manifestações, 113 (cento e treze) orientações técnico-jurídicas e 93 (noventa e três) despachos.

O CAO de Políticas Criminais promoveu, ainda, contatos com outros órgãos para atendimento de demandas institucionais, obtenção de material de apoio para atuação dos órgãos de execução em determinados casos. Sem contar que, as solicitações de apoio para a realização de eventos e de reuniões de trabalho são atendidas constantemente pelo CAO Criminal, facilitando a atuação institucional na matéria e otimizando o tempo dos membros solicitantes.

SERVIÇO DE PESQUISA DE DADOS - SCPD: 13.026 solicitações atendidas.

O Serviço Confidencial de Pesquisa de Dados - SCPD é prestado pela equipe do Centro de Apoio Operacional Criminal, atendendo solicitação dos Promotores de Justiça, com crescente demanda por informações mais precisas sobre os dados de pessoas envolvidas em processos e procedimentos de natureza criminal, cível etc.

Entre pedidos de localização de endereços de testemunhas e réus, qualificação de partes processuais, dados sobre veículos etc., foram atendidas 13.026 (treze mil e vinte e seis) solicitações oriundas das Promotorias de Justiça de todas as entrâncias, contribuindo-se, desta feita, para a qualidade do resultado dos procedimentos instaurados e das ações judiciais propostas pelos membros do MPPA quanto às informações das partes envolvidas.

Ressalta-se que, a partir do estabelecimento de novo fluxo no atendimento das demandas do SCPD, utilizando o Sistema SIMP DADOS, foi possível proporcionar mais celeridade e qualidade no resultado às pesquisas solicitadas.

I Encontro de Formação Regional: Xingu – Altamira.

CAO de Políticas Criminais realiza mutirão para promover
Acordos de Não Persecução Penal

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

O Planejamento do CAO de Políticas Criminais para o ano base de 2024 continuará priorizando o aprimoramento da atuação das Promotorias de Justiça, na área criminal, cujo maior objetivo é o de estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades no exercício de suas atribuições criminais. Também serão priorizados os projetos e as iniciativas do Plano Setorial Criminal 2021/2025.

3.4 - ÁREA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A atuação Ministerial na área da Infância e Juventude é imperativo legal definido nos artigos 200 a 205 do Estatuto da Criança e do Adolescente, agindo como parte ou como defensor em processos e procedimentos judiciais e extrajudiciais no que concerne à garantia dos diretos da criança e do adolescente.

Através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO/IJ) que possui atuação específica em matérias relacionadas aos direitos da criança e do adolescente previstos nas Constituições Federal e Estadual, nas normas internacionais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações esparsas sobre a matéria os órgãos de execução contam com estrutura administrativa adequada à defesa dos interesses dessa classe.

Nesse sentindo, as ações de 2023 envidaram esforços no sentido de incentivar a mobilização dos promotores de justiça para que reforçassem a fiscalização no seu município de atuação, quanto a criação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, buscando sempre, alterar a realidade dos municípios do Estado do Pará que, ainda, estão em desacordo com a diretriz legal, tendo saltado de 106 (2022), para 114 (2023) o número de municípios com o referido documento.

Considerando que em 2023 ocorreram, em todo país, o processo de escolha para conselheiro tutelar, durante todo o ano, o Ministério Público do Estado do Pará atuou em todos os 144 municípios, visando mobilizar os gestores a fim de que fosse garantida a realização do pleito ~~pelito~~, bem como, articulou com o TRE, visando ao empréstimo de urnas eletrônicas para votação e o suporte necessário para gerenciamento das atividades. Por fim, preparou vasto material de apoio, visando subsidiar atuação dos promotores de justiça e da Rede de Atendimento.

Quanto ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Ministério Público do Estado do Pará ministrou mais de 22 (vinte e duas) palestras, bem como, foram intensificadas as ações do “Projeto Navegue, Não Naufrague nos Crimes Sexuais”, que

já vem sendo replicado nos demais municípios, visando o diálogo, com crianças, adolescentes, pais/responsáveis.

Quanto ao “Projeto Navegue, Não Naufrague nos Crimes Sexuais”, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) foi o 1º colocado na categoria “Diálogo com a sociedade” da 11ª Edição do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (Prêmio CNMP 2023) de autoria da Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ) do MPPA, Mônica Freire. O Projeto concorreu com mais de três mil iniciativas cadastradas no Banco Nacional de Projetos (BNP).

O protagonismo infanto-juvenil: o Ministério Público vem fomentando a participação dos adolescentes e jovens no processo de construção das políticas voltadas à infância e juventude, especialmente através dos Projetos educação entre Pares e Estágio Cidadão, sendo este último através do fortalecimento dos conselhos escolares e o, anterior, por meio do diálogo acerca de direitos humanos, por meio dos quais o MPPA contrata estagiários de nível médio exercer atividades no âmbito do MPPA, oportunidade em que recebem formação e capacitação para replicar os ensinamento recebidos para seus pares, bem como, para acompanhar o conselho escolar, tendo sido realizado, em ambos os projetos, mais de 36 (trinta e seis) formações durante o ano, atingindo aproximadamente 1.010 (mil e dez) adolescentes e jovens capacitados.

O Ministério Público também realizou diversos seminários com o objetivo de fomentar a discussão de temas relacionados a garantia de direitos ao público infanto-juvenil, tendo inclusive sediado o Seminário Nacional: “O Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e seus aspectos contemporâneos”, obtiveram mais de 4.100 (quatro mil e cem) visualizações no *Youtube*.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) foi o 1º colocado na categoria “Diálogo com a sociedade” da 11ª Edição do Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público (Prêmio CNMP 2023)

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Planejamento: Execução dos projetos vinculados ao CAOIJ, entrega de manuais e roteiros de apoio aos membros para atuação na área da infância e juventude, previsto no Plano Setorial, bem como a realização de eventos para promoção dos direitos infanto-juvenis.

Necessidades: apoio externo e interno para execução dos projetos, inclusive, assegurando a previsão orçamentária para as ações idealizadas pelo Ministério Público, adesão dos promotores de justiça às diretrizes previstas no Plano Setorial, para alinhamento das ações a serem desenvolvidas ao longo de 2024.

3.5 - ÁREA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Competência que ganhou destaque nos últimos anos principalmente por conta das operações efetivadas pelo Ministério Público em conjunto com as polícias militar, civil e federal que foram capazes de desmantelar verdadeiras organizações criminosas instaladas nas mais variadas esferas do poder público.

Nesse contexto, importante destacar o papel do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAODPP), órgão auxiliar da atividade funcional do MPPA que possui atuação específica nas matérias de patrimônio público, improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, inclusive os previstos em legislação especial, como por exemplo: crimes contra os procedimentos licitatórios, crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, crimes de lavagem ou ocultação de bens.

A atuação ministerial se desenvolveu em três eixos de atuação: prevenção, repressão e apoio. Os principais projetos de 2023:

Projeto INTEGRIDADE NAS EMPRESAS: Promover pequenos empreendedores, para incentivá-los à implementação e/ou aperfeiçoamento de Programas de Integridade. Em continuidade à parceria com o SEBRAE, o MPPA participou do lançamento estadual do Prêmio SEBRAE Prefeitura Empreendedora, inserindo uma categoria específica de premiação, denominada “O Controle Interno Municipal em favor dos pequenos negócios”, com o fim de reconhecer os esforços das prefeituras na estruturação adequada das Unidades de Controle Interno.

Projeto INTEGRIDADE INSTITUCIONAL: Criação e/ou sistematização de mecanismos de integridade institucional. No ano de 2023, destaca-se:

a) Lançamento do Código de Ética dos Servidores do MPPA (Portaria 2399/2023-MP/PGJ), em 12/05/2023;

b) A designação dos servidores que integrarão a Comissão de Ética para um mandato de dois anos, conforme Portaria nº. 3918/2023-MP/PGJ.

Projeto ENIATO: Atuação integrada de órgãos de execução do MPPA que atuam na defesa do patrimônio público, que, não só identificarão junto aos respectivos Municípios os riscos de irregularidade na gestão pública, como realizarão o monitoramento e, quando necessário, a repressão de atos de enriquecimento ilícito. Em 2023, o projeto concluiu a terceira e a quarta fase.

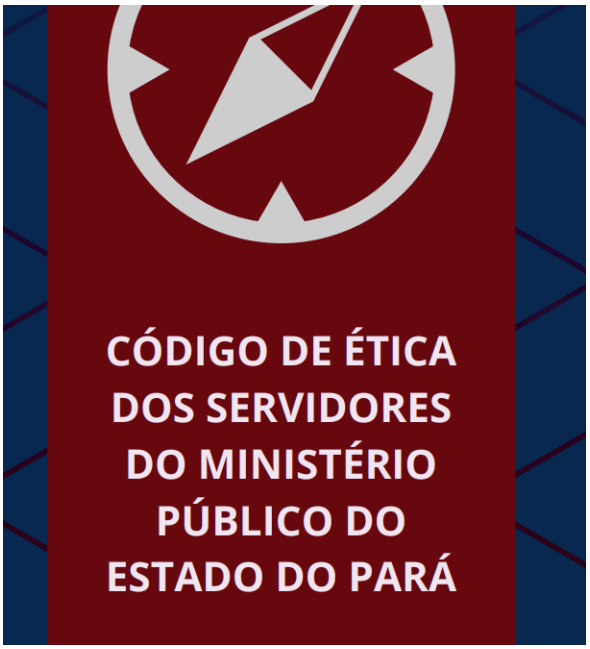
Projeto CONTROLADORIAS: Envolve o desenvolvimento de políticas de governança, mediante a criação das estruturas de controladorias, treinamento e capacitação de servidores para boa gestão, consubstanciado no eixo preventivo às práticas corruptivas no setor público. Em 2023, o projeto concluiu a terceira e a quarta fase.

Projeto *ROYALTIES*: A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do MPPA que atuam na defesa do patrimônio público, que identificarão o grau de transparência na gestão de *royalties*, como fomentarão o controle social. Diante disso, e considerando o dever de zelar pela probidade na gestão de recursos públicos, o MPPA iniciou as tratativas para parceria com a UFPA, com o fim de estabelecer indicadores que permitam estimar os estágios de Governança e de Uso Sustentável dos *Royalties* dos recursos minerais, com foco especial na prevenção à corrupção e na efetiva compensação socioambiental"

Projeto TURMA DA MÔNICA: A partir da contratação do Instituto Maurício de Sousa, foi produzida revista em quadrinhos da “Turma da Mônica”, no eixo Ética, Integridade e Direitos Humanos. Em 2023, segue ações de divulgação e disseminação do conteúdo da revista: a) 09/08/2023: Participação da Ação Integrada do MPPA em Defesa dos Direitos

Humanos, realizado no Município de Soure; b) 15/09/2023: Participação da 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro; e c) 10/10/2023: Visita na Escola Estadual de Ensino Fundamental Casa da Criança Santa Inês.

MPPA participa do lançamento estadual do XII Prêmio SEBRAE Prefeitura Empreendedora



Código de Ética dos Servidores do MPPA | Portal MPPA

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Considerando a necessidade de implementação do Programa de Integridade Institucional e de adequação técnico-jurídica da Instituição à LGPD, a Comissão de

Integridade do MPPA, na 7ª Reunião Ordinária realizada em 29/11/2023, definiu esta unidade como órgão demandante da contratação de consultoria, para atuação nas áreas de integridade e LGPD.

Desta feita, por se tratar de demanda alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional, pretende-se, visando a economia processual, a disseminação da cultura de integridade e proteção de dados no órgão, além do fortalecimento das instâncias de integridade e do sistema de privacidade de dados, dar início à contratação de empresa de consultoria.

E, por se tratar de serviço técnico especializado e de natureza predominantemente intelectual, afigura-se relevante que a contratação ocorra por inexigibilidade de licitação, na forma do artigo 74, III, "c", da Lei nº. 14.133/2021, para apoio instrumental e suporte operacional na implantação do Programa de Integridade do MPPA, como também na adequação técnico-jurídico da Instituição às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais-LGPD.

3.6 - ÁREA DIREITOS SOCIAIS

Nessa área o *Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais* possui atribuição para atuar nas seguintes matérias: saúde, educação urbana, educação no campo e assistência social.

Na área dos direitos sociais a atuação do MPPA foi relevante em temas como a educação dos povos indígenas, quilombolas, extrativistas e dos povos das águas, das florestas e do campo, evasão escolar, falta de sistematização do ensino nos diversos interiores, funcionamento dos Conselhos Escolares, COVID-19, pandemia mundial, doenças infecciosas, baixa cobertura vacinal no Estado do Pará com relação a doenças como poliomielite, sarampo e catapora e Sistema Estadual de Regulação (SER) e outros. Abordou também a necessidade de readaptação dos currículos das escolas regulares que devem, por obrigação legal, tratar da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

Ademais, no ano de 2023, foram realizados pedidos à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA) e à Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA) de disponibilização de *login* e de senha para o cadastro de Promotores de Justiça do MPPA, respectivamente, no Sistema Estadual de Regulação (SER) e no SISREG.

Ainda no referido ano, o CAODS elaborou e enviou, aos Promotores de Justiça do MPPA, diversos documentos, com o objetivo primordial de subsidiar a atuação dos membros que operam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, quais sejam: Aspectos Gerais sobre a RAPS Álcool e Drogas; Kit de atuação Assistência Social e a População em

Situação de Rua; Kit Matrícula Escolar; Saúde - kit de atuação, tratando da vacinação e de outras medidas de vigilância e de prevenção; FUNDEB - kit de atuação; Kit de atuação SUAS, CRAS e CREAS; Humanidade no Atendimento ao Cidadão pelo Ministério Público do Estado do Pará; Kit de atuação Saúde Humanizada - Política Nacional de Humanização, que contém um apanhado geral acerca da Política Nacional de Humanização (PNH); Kit de atuação Educação das Relações Étnico-Raciais; Obras em escolas - kit de atuação, que contém uma lista de obras, paralisadas e inacabadas, em escolas situadas no Estado do Pará; Educação Infantil - kit de atuação; Inclusão Escolar de Qualidade – kit de atuação; Kit de atuação - Bullying; Kit de atuação - Conselhos de Saúde; e Manual Níveis de Atenção e Assistência à Saúde.

Além disso, foram executados os Projetos Pobreza Menstrual: Absorvendo Dignidade, por meio do qual foram arrecadados mais de 10.000 (dez mil) absorventes no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), que foram entregues a 02 (duas) escolas da rede pública de ensino, uma da rede estadual e a outra da rede municipal; Drogas e Álcool Nunca Mais, que fomentou a criação do Conselho Municipal de Entorpecentes, responsável pela formulação, proposição e propulsão da política municipal de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e ao uso indevido de substâncias análogas, que determinem dependência física ou psíquica, em harmonia com as políticas federal e estadual; e Conhecendo os Conselhos Escolares, que incentivou a criação e regularização de Conselhos Escolares, responsáveis por zelar pela manutenção da escola e monitorar as ações dos dirigentes escolares, a fim de assegurar a qualidade do ensino.

Menciona-se que os Centros de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), da Infância e Juventude (CAOIJ) e de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial (CAOCRIM) elaboraram e enviaram a todos os PJs do MPPA o documento Perguntas e Respostas: Violência nas Escolas, contendo informações acerca da problemática de ameaças e ataques às unidades de ensino no país e no Estado do Pará.

Frisa-se que o CAODS é componente do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Arquipélago do Marajó (GAEPE Arquipélago do Marajó), em parceria com o Instituto Articule, com o objetivo de enfrentar problemas e buscar de soluções para a melhoria da educação nos 17 municípios do Marajó.

Por fim, as reuniões do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) fizeram parte do cotidiano laboral do CAODS, ocasiões em que foram discutidos, com a Comissão Permanente de Educação (COPEDUC), os mais variados assuntos relacionados à educação.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Para o ano de 2024, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), objetivando cumprir suas atividades finalísticas, realizará viagens para municípios paraenses, a fim de apresentar os seus trabalhos executados e coletar informações sobre as necessidades e principais dificuldades enfrentadas pelos membros que atuam na ponta, de modo a aprimorar as ações a serem desenvolvidas.

Além disso, o centro em questão continuará promovendo seminários e elaborando documentos, cartazes e kits de atuação, visando orientar membros e a sociedade sobre os mais diversos assuntos relacionados à educação, saúde e assistência social. Não se pode olvidar que a equipe do CAODS continuará participando de cursos e eventos, com a finalidade de angariar conhecimento a favor da instituição.

3.7 - ÁREA DIREITOS HUMANOS

Na área de direitos humanos, cabe ao Ministério Público a defesa intransigente do regime democrático e, por conta disso, dos direitos fundamentais (sejam os de índole liberal/individual, sejam os de cariz social). Isso implica dizer que deve o Ministério Público, cada vez mais, assumir seu papel de verdadeira instituição de garantias, buscando tutelar os direitos básicos de todas as pessoas, sobretudo as que são, histórica e socialmente, vulnerabilizadas.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos atua de modo a promover apoio técnico-jurídico às Promotorias de Justiça, no âmbito de suas áreas de atuação específica, para além de articular a aproximação entre o MPPA e os movimentos sociais, a fim de se adequar aos mandamentos constitucionais e ao conteúdo constante na Recomendação nº 61/2017 do CNMP, que recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a promoção de encontros entre a Instituição e as referidas organizações sociais.

No mês do orgulho o MPPA, por meio do CAODH, lançou campanha de combate à LGBTFfobia com dois objetivos principais: (i) internalizar a pauta no âmbito da instituição, considerando os novos avanços quanto à população LGBT+, a fim de guiar a atuação dos Promotores e Promotoras de Justiça; (ii) demonstrar, para a sociedade civil, de quais formas o MP pode atuar no combate as violências percebidas pelo grupo.

A campanha contou com: a divulgação de *cards* e vídeos com pessoas pertencentes a comunidade e que atuam no sistema de justiça, a realização de uma roda de conversa entre o movimento social e o Poder Público no município de Santarém; a abertura de uma *live* para elucidar a atuação do MPPA; e o desenvolvimento de Projeto de Identidade e Diversidade Social, mediante parceria entre o Núcleo Mulher e a Escola D. Pedro I.

Foi elaborada a Revistinha da Turma da Mônica, voltada ao público infanto-juvenil, em parceria com o Instituto Maurício de Sousa e o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal, sobre direitos humanos, especificamente acerca do combate ao racismo, e ética.

Seu lançamento ocorreu em uma ação integrada focada na defesa dos direitos humanos, na Escola Municipal Santana do Tucumanduba, na cidade de Soure, localizada na Ilha do Marajó. Na ocasião, a revista foi apresentada a mais de 100 crianças. Outras ações levaram o exemplar para o público, como por exemplo, na Feira do Livro de 2023 e na visitação da Escola Estadual Casa da Criança Santa Inês.

O MPPA sediou a 71ª reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) nos dias 03 e 04 de agosto, em Belém.

O evento, parte dos “Diálogos Amazônicos”, contou com a presença do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, e das Promotoras de Justiça Ana Cláudia Bastos de Pinho, Bethânia Corrêa e Eliane Moreira, representando o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do MPPA.

O encontro teve como principal objetivo discutir estratégias para enfrentar os desafios relacionados aos direitos humanos na Amazônia, com foco especial em questões ambientais, mudanças climáticas, violência urbana e rural. A escolha do Estado do Pará como sede da reunião se deu em razão da necessidade de atuação estratégica do governo federal na região.

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a ONG Olivia e a Coordenadoria de Diversidade Sexual (CDS), realizaram um casamento Comunitário LGBT+, ocorrido no auditório José Vicente Miranda Filho, localizado no Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA.

A cerimônia oficializou o matrimônio de 11 casais e contou com falas direcionadas à proteção dos Direitos Humanos da comunidade LGBTQIA+ da Promotora de Justiça Ana Cláudia Pinho, do Juiz de Direito Agenor Andrade, da Secretária Nacional de Promoção e Defesa do Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Simmy Larrat, bem como do representante de diversas outras entidades.

Roda de conversa sobre violência doméstica e rede de proteção

MPPA celebra Acordo de Cooperação em favor de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

MPPA participa do lançamento do Pronasci II no Pará e assina acordo de cooperação para implantação da Casa da Mulher em Belém

MPPA e SEIRDH se unem em ação contra a violência de gênero e LGBTQIA+

Núcleo Agrário e Fundiário

A priori, elenca-se que o Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Núcleo Agrário e Fundiário, ampliou sua atuação no fortalecimento institucional, assim como promoveu ações de grande importância ao desenvolvimento social nas questões agrárias e fundiárias.

Dessa maneira, no ano de 2023 o MPPA participou, na condição de palestrante, do I Seminário Nacional de Incidência Política de Povos e Comunidades Tradicionais da Cáritas Brasileira, realizado em Brasília; realizou palestra na Delegacia Geral da Polícia Civil, com o fulcro de orientar os Delegados recém aprovados no concurso público a respeito da atuação das autoridades públicas em face dos conflitos agrários e fundiários; deu continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal Rural do Pará (UFRA) e o MPPA, o qual estava paralisado desde 2021; promoveu, perante o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP), em parceria com a Delegacia Geral de Polícia Civil, Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários (DECAS), Comando da Polícia Militar da Região Metropolitana de Belém e outros órgãos, a elaboração de minuta de resolução normativa com a previsão de capacitações específicas na área agrária e fundiária aos servidores públicos atuantes nos municípios com ocorrência de violência no campo; ministrou aulas no que concerne a compreensão das questões agrárias e fundiárias para discentes da Universidade Federal do Pará, assim como discentes do Centro Universitário do Pará, abordando o conflito histórico pela propriedade e posse das terras pertencentes aos povos originários, ou de domínio do Estadual e Federal, bem como as consequências desses empasses, o desenvolvimento sustentável e a degradação ambiental recorrentes nestas regiões; elaborou o Mapa de Conflitos Agrários e Fundiários das 5 (cinco) Regiões Agrárias, trabalho este executado a partir da coleta de dados dos procedimentos extrajudiciais que tramitam nas 5 (cinco) PJ Agrárias; participou e contribuiu com as deliberações da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem – CPMEALQLG, vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará; prestou assistência ao Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH); minutou e executou diversas atividades internas e em parceira com outras instituições, por intermédio do Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF), desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Conflitos Agrários e Fundiários no Pará (GT Agrário).

Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência

Realização de palestras afeta a pessoas idosas e pessoa com deficiência, em diversos Órgãos e Universidades; Realização de eventos sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência, e direito da pessoa idosa; Realização de reunião de grupo de trabalho ministerial; Assinatura de Instrução normativa sobre condições de acesso e permanência nos espaços de TEA (Transtorno do Espectro Autista), em estádio de futebol.

Núcleo de Igualdade Étnico-Racial

- Apoio ao Projeto Faro Virtual, de iniciativa da Diocese de Óbidos, que busca integrar jovens do Município de Fato às novas tecnologias;

- Apresentação do esbouço do I CALENDÁRIO ÉTNICO DO ESTADO DO PARÁ. - Realização do II FÓRUM DE MULHERES DO BAIXO AMAZONAS;

- Tomada de providências em razão da notícia da identificação de altos níveis de mercúrio, com base em pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, bem como, ameaças e atos de violência, em face de povos originários de Jacareacanga e Itaituba;

- Levantamento de informações sobre a existência de licença prévia para a construção da Estação de Transbordo de Cargas, em Rurópolis;

- Apoio à Missão do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH, em Santarém;

- Levantamento de informações sobre os resultados de estudos realizados pelo Instituto Evandro Chagas nos Municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, acerca do uso de agrotóxicos e outros agentes;

- Realização do 4º CINTURÃO CULTURAL;

- Apoio à realização do Seminário "REFLEXÕES E EXPERIMENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA", em Santarém.

Núcleo de Proteção à Mulher

No ano de 2023, o Núcleo de Proteção à Mulher realizou 46 atendimentos ao público; realizou 12 orientações técnico-jurídicas a Membros do MPPA; participou de 38 reuniões; e, fez encaminhamentos de 2 denúncias à OUVIDORIA DA MULHER e de 8 denúncias à OUVIDORIA-GERAL provenientes do Disque 100 e Ligue 180, sendo que todos os dados foram devidamente registrados no Sistema SIMP do MPPA.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

O CAODH pretende continuar o cumprimento de sua missão constitucional, como agente transformados da realidade, por meio da tutela intransigente dos direitos

fundamentais, mas também no contexto estadual, já que a aproximação como os movimentos sociais vem em resposta aos reclamos, que já se faziam sentir desde há muito, de grupos histórica e socialmente vulnerabilizados no nossa Estado, como é o caso, por exemplos da população negra, população em situação de rua, povos tradicionais, indígenas e a comunidade LGBT+.

Núcleo Agrário e Fundiário

O MPPA por meio do NAF tem por fulcro realizar em 2024 exposições, congressos e conferências, com ênfase em Direito Agrário e outros temas referentes ao combate a violência no campo. Outrossim, o Núcleo pretende realizar exposições em parceria com o Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA (CEAF), trabalhando temas de grande relevância à sociedade, a citar os métodos autocompositivos de resolução de conflitos e justiça restaurativa, e ao desenvolvimento de políticas públicas que visam a redução das problemáticas de viés agrário e fundiário.

Em semelhante sentido, é objetivado pelo Núcleo Agrário e Fundiário estabelecer conexões com outras instituições públicas ou privadas, tendo por fim último a construção de métodos e meios capazes de proporcionar à sociedade, com ênfase no Direito Agrário, ferramentas de resolução de conflitos, assim como dados importantes ao combate à violência no campo. Ademais, o NAF vislumbra realizar em 2024 vistoriais técnicas nos territórios de incidência de conflitos, assim como promover a oitiva dos povos e comunidades tradicionais os quais residem, principalmente, na zona rural, ratificando, portanto, o preceito da democracia e da igualdade social.

Por derradeiro, o NAF pretende realizar a aplicação de tecnologias disponibilizadas pelo MPPA no aperfeiçoamento das atividades do Núcleo, objetivando a coleta de informações precisas e indispensáveis a respeito do campo, das demarcações de terra, da análise de conflitos e demais realidades que englobem o direito agrário e fundiário.

Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência

- Realização de Palestras e eventos sobre pessoa idosa e pessoa com deficiência;

- Projeto de capacitação da comunidade escolar em língua brasileira de sinais (LIBRAS);

- Elaboração de Cartilhas sobre direitos das pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Núcleo de Igualdade Étnico-Racial

Promoção de eventos que buscam a ampla conscientização da temática antirracista entre vários setores da sociedade paraense, como é o caso do III Fórum de Mulheres do Baixo Amazonas, que será realizado no Município de Óbidos. Planeja-se tratar questões socioambientais, cuidado feminino, violência doméstica e familiar contra a mulher, geração de renda, participação política da mulher, especialmente focada às populações quilombolas e indígenas no Estado do Pará, de modo a complementar o objetivo deste Núcleo. Manutenção e ampliação da parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará, como o Projeto Kiriru.

Núcleo de Proteção à Mulher

Os eventos serão realizados durante o decorrer de 2024, de modo presencial e/ou de modo remoto, por meio de *lives* ou reuniões virtuais, quando necessário, de acordo com programações que serão construídas ao longo do período pelo Núcleo Mulher em parceria com: CEAF; CAO DH; Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e parceiros da Rede de Proteção nos meses previstos a seguir, com a ressalva de que o presente planejamento não é imutável, fechado, podendo ser revisado, complementado e sofrer possíveis alterações .

Outrossim, cumpre destacar, que, pela importância, o Núcleo Mulher recebe diversos convites para participar de eventos em todo o Estado do Pará, convites esses que são incluídos na programação anual do núcleo Mulher.

Realização do Treinamento da Rede Integrada para execução do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em Icoaraci nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024 (2ª e 3ª-feira) em parceria com a Promotoria de Justiça de Icoaraci e a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

- Serão realizados na região Sudoeste I, pelo Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher), os Projetos : 1) Roda de Conversa com Mulheres Indígenas que ocorrerá no município de Vitória do Xingu, no dia 22 de fevereiro de 2024 (5ª-feira) na Reserva Indígena Boa Vista, Aldeia do Povo Indígena JURUNA e 2) Ciclo de diálogos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) sobre atualizações e Inovações da Lei Maria da Penha - Garantia de Efetividade na Proteção à Mulher no município de Altamira, no dia 23 de fevereiro de 2024 (6ª-feira); bem como, Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará para fortalecimento das redes de proteção às mulheres e infância e adolescência em São Sebastião da Boa Vista – Região Marajó II, no período de 26FEV a 1ºMAR2024.

- Será realizado o Seminário em alusão ao dia 8, dia Internacional da Mulher, com o objetivo de mostrar à sociedade e aos membros e servidores do MPPA que o Ministério Público do Estado do Pará, através do Núcleo Mulher, busca cada vez mais fortalecer o

diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres, cujo tema será: “Mulheres Amazônidas: Projeto UAPÉ protagonismo para mulheres do campo”. No mesmo dia 6, pela tarde, haverá entrega do Prêmio “Mulheridades Somos Muitas, Somos Múltiplas”, com evento cultural, apresentação de Marina Black.

O prêmio “Mulheridades: somos muitas, somos múltiplas”, é destinado às mulheres de destaque local e nacional que realizam trabalho de proteção à mulher em situação de violência doméstica e/ou que, de alguma forma, demonstraram distinta relevância em suas respectivas áreas de atuação profissional, homenageando-as pela coragem, determinação e dignidade com que construíram suas vidas pessoal, profissional e familiar, tornando-se cada uma delas referência de poder feminino.

E no dia 7 , em atenção à Lei nº 14.164/2021, que instituiu a Semana escolar de combate à violência contra a mulher, para que as ações de combate sejam realizadas anualmente no mês de março; será realizado o Projeto de Formação dos Profissionais da Educação em parceria com a SEDUC, FEBRABAN.

- Em alusão ao dia 30, dia nacional da Mulher, será realizada Ação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará no Marajó II, no município de Breves (período a ser definido).

- Haverá Treinamento da Rede Integrada para execução do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em Castanhal, em parceria com a Promotoria de Justiça de Castanhal.

3.8 – AUTOCOMPOSIÇÃO

O Ministério Público possui ações com o objetivo de planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às metodologias autocompositivas. Nesse contexto, incentiva a padronização dessas práticas por meio de cursos de capacitação sobre metodologias autocompositivas e comunicação não violenta. Por isso, induz políticas públicas, privilegiando a atuação extrajudicial, promoção de ações que envolvem interações de mídia/canal de divulgação sobre a política de metodologias autocompositivas.

Por meio do Nupeia, o MPPA atuou para implementação e adoção de mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, conforme abaixo:

1. Produção, disponibilização no site e envio via e-mail, a membros e servidores, de Documento Orientativo para o uso de Metodologias Autocompositivas, com conceitos sobre as metodologias autocompositivas, fluxos e roteiros preparatórios de sessões, além de

Portaria N.º 7145/2022, DOE n. 35.223 de 19.12.2022, que dispõe sobre a padronização das práticas autocompositivas extrajudiciais ou no curso do processo judicial;

2. Produção e envio de Calendário Temático sobre Autocomposição 2023 e 2024, para órgãos internos e parceiros externos;

3. Sistematização de experiências em autocomposição: (i) Semanas de Autocomposição Ambiental realizada na Promotoria de Justiça Ambiental de Marituba (artigo Revista da Corregedoria Nacional); (ii) Padronização das Metodologias Autocompositivas (Banco de Projetos do CNMP); (iii) Justiça Restaurativa em ato infracional em contexto escolar com PJ Infância e Juventude de Belém (relatório técnico); (iv) ANPP nos municípios de Altamira e Vitória do Xingú (vídeo);

Assinatura Termo de Cooperação entre o MPPA e o TJPA

Participação Nupeia na VII Semana Estadual de Conciliação promovida pelo TJPA

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Para 2024 seguem como prioridade de atuação:

1) Incentivo à Qualificação de Metodologias Autocompositivas no âmbito do MPPA:

• Curso de Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Diálogos: O curso será realizado no período de 26/02 a 01/03/2024, dirigido a membros e servidores;

• Em fase de elaboração do Plano de Curso: Curso de Formação em Técnicas de Negociação no âmbito do Ministério Público, Curso de Formação em Resolutividade e Curso de Formação em Justiça Restaurativa aplicada a conflitos envolvendo pessoas idosas, crianças e adolescentes e demais grupos vulneráveis.

2) Estímulo ao uso das Metodologias Autocompositivas buscando a Padronização destas Práticas:

• Acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA com uso de metodologias autocompositivas: acompanhamento de 04 (quatro) novas demandas;

• Acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA com uso de metodologias autocompositivas, na construção de protocolos de experiências vividas, como os Mutirões de ANPP e Semana de Conciliação Ambiental;

• Dar visibilidade às ações de autocomposição realizadas no âmbito do MPPA: Conciliação, Negociação, Mediação e Práticas Restaurativas, além dos TACs, ANPPs e ANPCs.

3) Promover ações de estímulo e incentivo à cidadania participativa e à Cultura da Paz, estimulando a cooperação interinstitucional:

• Realizar ação no Marajó, cujo foco seja o incentivo à participação e controle social no que se refere ao orçamento público, sejam programas, políticas públicas e ações estratégicas governamentais previstas para a região, por meio de ações educativas, com uso de metodologias autocompositivas e em diálogo com as organizações e redes da sociedade civil;

• Ampliar parcerias institucionais por meio da celebração de Termos de Cooperação estratégicos ao trabalho do Nupeia e elaborar Planos de Trabalho com ações prioritárias nas parcerias já efetivadas com o Poder Judiciário e com a Universidade do Estado do Pará, visando a realização de ações com foco no debate da Cultura de Paz;

• Realizar parceria com os Núcleos de Prática Jurídica das Instituições de Ensino Superior, visando a atuação de estagiários/voluntários no Subnúcleo de Justiça Restaurativa.

4) Fortalecimento da Autocomposição no MPPA com a criação e aprimoramento de núcleos/câmaras/subnúcleos interdisciplinares de autocomposição com foco em Justiça Restaurativa:

• Implementar o Projeto Subnúcleo Interdisciplinar de Justiça Restaurativa, cujo objetivo principal é desenvolver as práticas restaurativas como método alternativo de resolução de conflitos, apoiando as Promotorias de Justiça na resolução de demandas, judicializadas ou não, de interesse do Ministério Público; demonstrando a eficácia das práticas restaurativas no tratamento de situações de disputas, conflitos e violências, além de incentivar iniciativas de experimentação do uso da justiça restaurativa no âmbito do MPPA;

• Estabelecer fluxo para o exercício da supervisão das Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários do MPPA (1ª e 2ª CTCAFs). Nesse sentido, no dia 16 de fevereiro de 2024 ocorrerá a primeira Oficina envolvendo o Nupeia e as duas CTCAFs, além de membros do GT Agrário.

5) Fortalecimento Institucional e Organizacional do Nupeia:

• Fomentar melhorias na estrutura física do Núcleo, enfatizando a necessidade de disponibilização de espaços próprios para a realização de metodologias autocompositivas;

• Dar continuidade à formação continuada da equipe interna ao NUPEIA como estratégia para responder de forma eficiente e eficaz às demandas internas do órgão ministerial;

• Realizar Intercâmbios institucionais para produção e troca de conhecimento com outros Núcleos no país;

• Efetivar ações de comunicação que disseminem a cultura da paz e o papel do NUPEIA como órgão que tem por finalidade implementar, adotar e incentivar métodos autocompositivos para solução de conflitos.

3.9 – CORREGEDORIA-GERAL

As ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP) realizadas no exercício de 2023 se desenvolveram de acordo com suas atribuições e demandas, direcionadas ao cumprimento dos PEI do MPPA e dos objetivos elencados no Plano Diretor, biênio 2023/2024 deste órgão correcional.

Foram realizadas 99 correições presenciais, sendo 38 extraordinárias e 61 ordinárias, além de 5 inspeções. Por ocasião das correições foram realizadas visitas aos conselhos e entidades sociais representativas, como forma de avaliar o trabalho desenvolvido pelo MP local.

Em 2023 com o objetivo de apurar possíveis violações a dever funcional foram abertos 3 Procedimentos Disciplinar Preliminar (PDP): tendo sido elaborado relatório conclusivo para penalidade em 2 destes e 1 continua em andamento. Quanto aos Processos Administrativos Disciplinar (PDP), foram instaurados 6, em que 3 destes foram arquivados sem recomendação, 2 concluídos para instauração de PAD e 1 em andamento. No que diz respeito à Reclamação Disciplinar (RD) foram instauradas 31 em que 23 tiveram arquivamento sumário e as outras 8 estão em andamento.

Foram elaborados relatórios sintéticos e analíticos contendo informações da produtividade de Membros que subsidiaram análise e julgamento de movimentação na carreira, de 91 (noventa e um) certames.

Certificado de Reconhecimento concedido pela Corregedoria Nacional do CNMP

Reunião Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU)

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Além das atividades inerentes da CGMP, serão realizadas oficinas denominadas “A CGMP e o Fomento à Resolutividade” que são parte do Projeto “*Insights* de Resolutividade no MPPA” e previstas no Plano Diretor da CGMP, biênio 2023-2024. Consiste na ida da equipe da CGMP às sedes das Regiões Administrativas - RAs, para orientações sobre temas voltados ao fomento à resolutividade, no enfretamento de problemas recorrentes nas citadas RAs e assuntos elencados como importantes e inovadores pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), levando profissionais que conhecem sobre o tema, podendo envolver vários temas de forma a orientar os Membros sobre o que pode ser feito para resolver/mitigar o problema ou oportunizar/melhorar uma situação, ficando o tema sobre Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, sobre a responsabilidade do CEAF. Se encontra ainda em construção a agenda para este fim.

3.10 - GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado - GAECO é, nos termos do art. 1º da Resolução nº 003/2021-CPJ, uma modalidade de atuação coletiva especializada que integra a estrutura administrativa e permanente da Procuradoria-Geral de Justiça, e tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas no Estado do Pará e os correlatos sistemas de corrupção de agentes públicos e de lavagem de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, notadamente por

meio de ações de inteligência, investigações, ações judiciais, cooperação jurídica interna e internacional e a recuperação de ativos que propiciem a desarticulação e a repressão eficiente dos mencionados grupos criminosos.

As ações do MPPA, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado, geradoras de grandes impactos e repercussão na sociedade, adotadas no exercício de suas atribuições ao longo do ano de 2023, confundem-se com as 12 operações realizadas em cumprimento de medidas cautelares sigilosas devidamente deferidas pela Justiça, no bojo de procedimentos investigatórios criminais presididos pelo próprio GAECO, ou em auxílios prestados a partir de solicitações dos órgãos de execução do MPPA, as quais resultaram na obtenção e posterior cumprimento de aproximadamente 100 mandados de busca e apreensão no combate contra o crime organizado e outros crimes complexos. Além disso, com o auxílio do GSI e da Polícia Civil, foram efetivados aproximadamente 30 mandados de prisão preventiva contra integrantes de facções criminosas que atuam no Estado do Pará.

Além disso, com o auxílio do GSI e da Polícia Civil, foram efetivados aproximadamente 30 mandados de prisão preventiva contra integrantes de facções criminosas que atuam no Estado do Pará.

A.1 – FACHADA

Data: 17/01/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000104-130/2022.

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pela Promotoria de Justiça de Magalhães Barata.

Descrição: Cumprimento de 15 (quinze) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar, além de mandados judiciais de afastamento de funções públicas, sequestro e indisponibilidade de bens e suspensão de contratos administrativos, concomitantemente em endereços localizados em cinco municípios distintos do Estado do Pará – Magalhães Barata, Belém, Ananindeua, São Miguel do Guamá e Santarém Novo.

A Operação Fachada fundamentou-se em pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça de Magalhães Barata com o objetivo de investigar denúncias recebidas no GAECO sobre a prática de crimes licitatórios – frustração do caráter competitivo de licitação e fraude em licitação ou contrato - bem como de peculato e associação criminosa envolvendo servidores da Prefeitura Municipal de Magalhães Barata e pessoas jurídicas, no período compreendido entre setembro de 2021 e junho de 2022.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Magalhães Barata na sede da Prefeitura Municipal e em endereços residenciais. Na região metropolitana de Belém as diligências foram realizadas na sede de três pessoas jurídicas e em endereços residenciais, Em São Miguel do Guamá e em Santarém Novo, por seu turno, o cumprimento dos mandados foi realizado em endereços residenciais.

Nos endereços alvos da operação foram apreendidos telefones celulares, quantia em dinheiro, joias, cheques, cartões de memória e documentos físicos diversos, os quais serão submetidos ao procedimento de extração de dados por parte da equipe técnica do GSI e, após, analisados pela equipe de investigadores do GAECO.

A investigação encontra-se em fase final de oitiva de testemunhas e investigados.

A.2 – NEGATIO

Data: 19/01/2023

Origem: Procedimento Preparatório da PJ de Santa Bárbara do Pará.

Natureza da operação: Auxílio ao GSI – cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão.

Descrição: Cumprimento de 1 (um) mandado judicial de busca e apreensão na sede da Câmara Municipal de Santa Bárbara do Pará.

A Operação Negatio fundamentou-se em procedimento preparatório em curso na Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Pará GAECO, que visa apurar irregularidades relacionadas à existência de funcionários fantasmas, fraude em procedimento licitatório, uso irregular de recursos públicos, irregularidades quanto às despesas com manutenção do prédio da Câmara Municipal de Santa Bárbara e na aquisição de materiais de expediente.

A.3 – HIPÓCRATES

Data: 25/04/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000430-089/2022.

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pela Promotoria de Justiça de Ponta de Pedras.

Descrição: Cumprimento de 9 (nove) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e 2 (dois) mandados judiciais de afastamento de funções públicas, concomitantemente em endereços localizados em quatro municípios distintos do Estado do Pará – Ponta de Pedras, Belém, Ananindeua e Santa Luzia do Pará – e em um endereço na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

A Operação Hipócrates fundamentou-se em pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça de Ponta de Pedras com o objetivo de investigar irregularidades no Processo Administrativo Licitatório nº 00280402/21 para a contratação da empresa AIRES GESTÃO MÉDICA E HOSPITALAR LTDA visando a prestação de serviços médicos no referido município entre os meses de setembro e outubro de 2021, com vícios decorrentes da incompatibilidade do atestado de capacidade técnica com o objeto do edital, ausência de registro dos documentos contábeis na JUCEPA, bem como direcionamento e favorecimento da empresa vencedora do certame.

As investigações também demonstraram irregularidades na execução dos serviços médicos contratados pelo município, com a inclusão de profissionais no quadro societário da empresa sem consentimento dos profissionais e prestação de serviços médicos pela empresa por meio de profissionais não habilitados nos respectivos conselhos profissionais.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Ponta de Pedras na sede da Prefeitura Municipal e em endereços residenciais, culminando com o afastamento de um servidor da comissão de licitação referente ao contrato suspeito de fraude. Nas demais cidades, os mandados judiciais foram cumpridos em endereços residenciais e em sedes de pessoas jurídicas.

Nos endereços alvos da operação foram apreendidos telefones celulares, quantia em dinheiro, cheques e documentos físicos diversos, os quais serão submetidos ao procedimento de extração de dados por parte da equipe técnica do GSI e, após, analisados pela equipe de investigadores do GAECO.

A.4 – OPERAÇÃO JERÔNIMO – AÇÃO NACIONAL - GNCOC

Data: 10/05/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000045-130/2022.

Natureza da operação: Combate a facções criminosas, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Descrição: Cumprimento de 2 (dois) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e 4 (quatro) mandados judiciais de prisão preventiva, concomitantemente em endereços localizados em três municípios distintos do Estado do Pará – Bragança, Colares e Mosqueiro (Belém).

O Ministério Público brasileiro, por intermédio do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), deflagrou em 10/05/2023 operações simultâneas em 13 unidades da Federação visando o combate à atuação de facções criminosas, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Nesse sentido, no Estado do Pará, o Grupo de Atuação Especializada

no Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPPA), com apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI/MPPA), deflagrou a Operação Jerônimo, com o cumprimento de mandados de busca e apreensão domiciliar e de mandados de prisão preventiva expedidos pela Vara de Combate ao Crime Organizado/TJPA, em desfavor de integrante da facção criminosa Comando Vermelho, ocupantes do cargo de "Torre" na hierarquia da referida organização criminosa, com atuação nos municípios de Bragança e Colares, bem como nos distrito de Mosqueiro e no bairro da Jaderlândia, em Belém.

O objetivo da ação nacional integrada, que contou com o envolvimento e participação de aproximadamente 80 integrantes dos GAECOs, entre membros e servidores de 13 unidades estaduais do Ministério Público, foi desarticular a dinâmica de funcionamento de organizações criminosas violentas com atuação nas ruas e nos estabelecimentos prisionais, além de dar cumprimento aos mandados de prisão preventiva em aberto e realizar a coleta de outras provas para robustecer as investigações atualmente realizadas pelo Ministério Público contra facções criminosas. Ao todo, foram cumpridos 228 mandados de prisão e 223 mandados de busca e apreensão pelo país.

A.5 – MURALHA

Data: 26/06/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000022-130/2021.

Natureza da operação: Investigação do GAECO/MPPA.

Descrição: Cumprimento de 6 (seis) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em dois municípios distintos do Estado do Pará – Castanhal e Marabá.

A Operação Muralha fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO/MPPA com o objetivo de investigar conduta ilícita de advogados consistente em integrar organização criminosa (Lei nº 12.850/2013) e lavagem de dinheiro. De acordo com o que foi apurado ao longo de mais de dois anos de investigação, os advogados alvos da medida cautelar de busca e apreensão compõem a célula jurídica denominada "Sintonia dos Gravatas", na estrutura da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Marabá, em um escritório de advocacia situado no bairro Belo Horizonte, e em Castanhal, em endereços residenciais nos bairros Centro, Nova Olinda e Saudade I.

Foram apreendidos durante a operação telefones celulares, documentos, agendas com anotações de interessa da investigação e mais de mil bilhetes e cartas trocadas entre

presos faccionados, os quais usavam advogados como “pombo correio” (na linguagem das organizações criminosas os pombos são os advogados que utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre faccionados intra e extramuros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento).

O cumprimento das decisões judiciais que autorizaram a medida cautelar de busca e apreensão domiciliar e pessoal foi devidamente acompanhado por advogados integrantes da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas.

A.6 – MOCOÕES

Data: 12/07/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000135-130/2022.

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pela Promotoria de Justiça de Anajás.

Descrição: Cumprimento de 13 (treze) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em cinco municípios distintos do Estado do Pará – Anajás, Melgaço, Igarapé-Miri, Ananindeua e Belém.

A Operação Mocoões fundamentou-se em pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça de Anajás com o objetivo de investigar condutas ilícitas consistentes em fraudes a certames licitatórios para aquisição de medicamentos, produtos hospitalares, combustíveis e matérias de construção, além de associação criminosa que estaria ocorrendo em Anajás.

No decorrer da operação houve a apreensão de documentos e da quantia de aproximadamente R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) na residência de um dos alvos. Além disso, foi deferido pela Justiça e devidamente efetivado o afastamento do Secretário de Saúde de Anajás do referido cargo.

A.7 – MAGNUS LACUS

Data: 17/07/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000003-349/2022.

Natureza da operação: Delegação da PGJ.

Descrição: Cumprimento de 9 (nove) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em Tucuruí/PA.

A Operação Magnus Lacus decorreu de delegação da Procuradoria-Geral de Justiça e fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado com o objetivo de

investigar condutas ilícitas consistentes em integrar organização criminosa, falsidade ideológica, corrupção passiva e fraudes em certames licitatórios.

Os mandados de busca e apreensão deferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará foram cumpridos em Tucuruí no prédio da Prefeitura Municipal, bem como em endereços residenciais e em sedes de pessoas jurídicas. A Justiça determinou, ainda, a suspensão de todos os contratos administrativos dos anos de 2021 e 2022 assinados pela Prefeitura Municipal de Tucuruí com as pessoas jurídicas envolvidas no esquema fraudulento, bem como a suspensão dos pagamentos que seriam realizados no âmbito desses contratos, cuja soma alcança supera os R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

No decorrer das investigações foi constatado que, no curto prazo de 15 dias, uma das empresas investigadas aumentou seu capital de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais), integralizando o valor total em moeda corrente. Poucos dias depois, a mesma empresa ganhou dois contratos via dispensa de licitação nos valores de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), além de posteriormente vencer um pregão eletrônico no valor de R$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) para operacionalizar transportes em Tucuruí.

Foram apreendidas durante a operação mais de vinte pastas contendo documentos referentes aos procedimentos de dispensa de licitação dos contratos e dos pregões eletrônicos investigados, além da quantia de aproximadamente R$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais) em cheques e R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) em dinheiro, telefones celulares, um cofre e documentos comprobatórios de propriedade de empresa investigada.

A.8 – FREE CARD

Data: 03/10/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000065-057/2022.

Natureza da operação: Investigação da Promotoria de Justiça de Bagre – auxílio do GAECO para cumprimento dos mandados de busca e apreensão.

Descrição: Cumprimento de 4 (quatro) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em Bagre/PA.

A Operação Free Card fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado na Promotoria de Justiça de Bagre com o objetivo de investigar a prática de crimes contra a economia popular, crimes contra o patrimônio e crimes contra as relações consumo.

No decorrer das investigações foi constatado que a empresa investigada estava realizando a retenção de cartões bancários, senhas e documentos pessoais de terceiros como

forma de garantir que os titulares das contas bancárias pagassem as dívidas decorrentes de compras e de empréstimos.

Foram apreendidas centenas de cartões bancários, uma quantia em dinheiro, além de senhas e documentos pessoais das vítimas.

A.9 – SENHORES DAS ARMAS

Data: 14/11/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000135-130/2022.

Natureza da operação: Pedido de auxílio realizado pela Promotoria de Justiça Criminal de Altamira.

Descrição: Cumprimento de 23 (vinte e três) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal e de 13 (treze) mandados de prisão preventiva concomitantemente em endereços localizados em cinco municípios distintos do Estado do Pará – Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Rurópolis e Itaituba – e em três municípios distintos do Estado do Maranhão – Imperatriz, Edson Lobão e João Lisboa.

A Operação Senhores das Armas fundamentou-se em pedido de auxílio formulado pela Promotoria de Justiça Criminal de Altamira com o objetivo de investigar condutas ilícitas tipificadas na Lei Federal nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), em especial a venda de munições ilegais que vem sendo praticada por uma associação criminosa formada entre as pessoas investigadas.

A investigação conjunta dos GAECOs do MPPA e do MPMA durou cerca de oito meses e iniciou-se quando foi verificado, a partir das apreensões de munições feitas pela Polícia Civil do Estado do Pará, que uma associação criminosa vem comercializando munições ao longo da Rodovia Transamazônica, nas regiões sudeste e sudoeste paraenses.

Além das prisões preventivas, ocorreram prisões em flagrante por conta da posse irregular de armas de fogo e munições, apreendendo-se ainda pólvora, telefones celulares, tabletes, drone e cheques, bem como documentos relativos ao objeto da investigação.

A.10 – HEFESTO

Data: 28/11/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000065-057/2022.

Natureza da operação: Investigação da Promotoria de Justiça de Parauapebas – auxílio do GAECO para cumprimento dos mandados de busca e apreensão.

Descrição: Cumprimento de 11 (onze) mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em Parauapebas/PA.

A Operação Hefesto fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado na Promotoria de Justiça de Combate à Improbidade Administrativa de Parauapebas com o objetivo de investigar fraudes em processos licitatórios e superfaturamento em itens do cardápio da merenda escolar. A contração foi feita mediante dispensa de licitação no mês de dezembro de 2022, já tendo sido pago o valor aproximado de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) pelo contrato.

Foram apreendidos documentos referentes a contratos administrativos, medição do contrato, notas de empenho, bem como liquidação e efetuação de despesas.

A.11 – HEFESTO II e III

Data: 29/11/2023

Origem: Procedimento Investigatório Criminal nº 000065-057/2022.

Natureza da operação: Investigação da Promotoria de Justiça de Parauapebas – auxílio do GAECO para cumprimento dos mandados de busca e apreensão.

Descrição: Cumprimento de mandados judiciais de busca e apreensão domiciliar e pessoal concomitantemente em endereços localizados em Parauapebas/PA.

A Operação Hefesto II e III fundamentou-se em procedimento investigatório criminal instaurado na Promotoria de Justiça de Combate à Improbidade Administrativa de Parauapebas com o objetivo de investigar fraudes no processo licitatório de coleta de resíduos sólidos no referido município (Hefesto II), bem como a ingerência de políticos sobre o sistema de saúde municipal em benefício pessoal, utilizando a máquina pública para selecionar os atendimentos de pessoas de seu interesse (Hefesto III).

Os alvos foram a Secretaria de Urbanismo e a Câmara de Vereadores de Parauapebas, além de unidades de saúde, empresas e residências de pessoas envolvidas com o objeto da investigação.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO DE 2024

1 - Aquisição dos bens e serviços programados no orçamento institucional para o ano de 2024;

2 - Estruturação tecnológica e de pessoal do Núcleo de Apoio à Investigação (NAI/GAECO) - contador;

3 - Estruturação de pessoal para o GAECO - um assessor jurídico para cada integrante do GAECO;

4 - Cursos ofertados pelo CEAF relacionados à temática das investigações contra o crime organizado;

5 - Visitas institucionais a outras unidades de GAECO do Brasil em busca de soluções de informática e de outras experiências exitosas úteis ao propósito de investigar organizações criminosas, bem como para aperfeiçoar o sistema de cadeia de custódia do MPPA.

3.11 – GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional – GSI foi criado e regulamentado pela Resolução nº 012/2017-MPPA/CPJ, de 6 de novembro de 2017, e a atual administração do GSI iniciou em 12 de abril de 2021.

O GSI é composto na prática por uma Coordenação, Subcoordenação, uma Secretaria Administrativa (GSI-SEC) e pelas Coordenadorias: Coordenadoria de Tecnologia e Laboratório contra a Lavagem de Dinheiro (GSI-CTLABLD); Coordenadoria de Inteligência, Contrainteligência e Segurança Institucional (GSI-CICSI) e Coordenadoria de Sinais (GSI-CSINAIS); e um Núcleo de Tecnologia Forense Computacional (NTF), vinculado ao GSI-CICSI. O GSI possui atualmente 40 (quarenta) integrantes, sendo 16 (dezesseis) servidores do MPPA, 22 (vinte e dois) militares e 2 (dois) estagiários.

Em 13/06/2023 o Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) foi encerrado no GSI e os procedimentos que estavam em trâmite foram migrados para o novo Sistema de Atividades Judiciais – SAJMP, que foi adequado para as necessidades de área-meio do GSI.

Em 2023 foram registrados no SAJMP 900 (novecentos) procedimentos, sendo 60 (sessenta) oriundos de atividade não procedimental e 840 (oitocentos e quarenta) procedimentais, restando 174 (cento e setenta e quatro) procedimentos em trâmite. O GSI realizou 20 (vinte) operações de cumprimento de mandados judiciais, conforme descritas no detalhamento do GSI-CICSI.

Destaca-se que o comprometimento da equipe foi o ponto forte na realização das demandas e alcance dos objetivos, bem como o alinhamento com as medidas determinadas pela Procuradoria-Geral de Justiça, que possibilitou o apoio necessário à execução das operações e implementação de medidas que resguardem a inteligência, contrainteligência e segurança institucionais.

1. Relatórios e atividades de Inteligência Financeira:

Tipo de relatório	Qtd.	Percentual
RIF-Relint	55	75,34%
RIF-Reltec	10	13,70%
RIF-Certidões	8	10,96%
Total	**73**	**100,00%**

2. Relatórios e atividades do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA)

Tipo de relatório	Qtd.	Percentual
SIMBA-Reltec Acompanhamento	17	26,15%
SIMBA-Certidões	13	20,00%
SIMBA-Despacho	10	15,38%
SIMBA-Parecer Técnico	7	10,77%
SIMBA-Reltec envio de carga	6	9,23%
SIMBA-Reltec Análise	4	6,15%
SIMBA-Reltec Custódia carga	3	4,62%
SIMBA-Arquivado internamente GSI	2	3,08%
SIMBA-Em quarentena	2	3,08%
SIMBA-Com carga parcial	1	1,54%
Total	**65**	**100,00%**

INTELIGÊNCIA E APOIO À INVESTIGAÇÃO

Relatórios

➔Relatório Técnico de Pesquisa de Informações: RELTEC-RELPESQ1

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-RELPEQ	82

➔Relatório Técnico de Missão: RELTEC-RELMI2

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELTEC-RELMI	36

➔Relatório de Inteligência: RELINT-INFORME3

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELINT-INFORME	441

➔Apoio na Abertura de Malotes de Material Apreendido4

ATIVIDADE	QUANTIDADE
AUTO DE ABERTURA DE LACRE	05

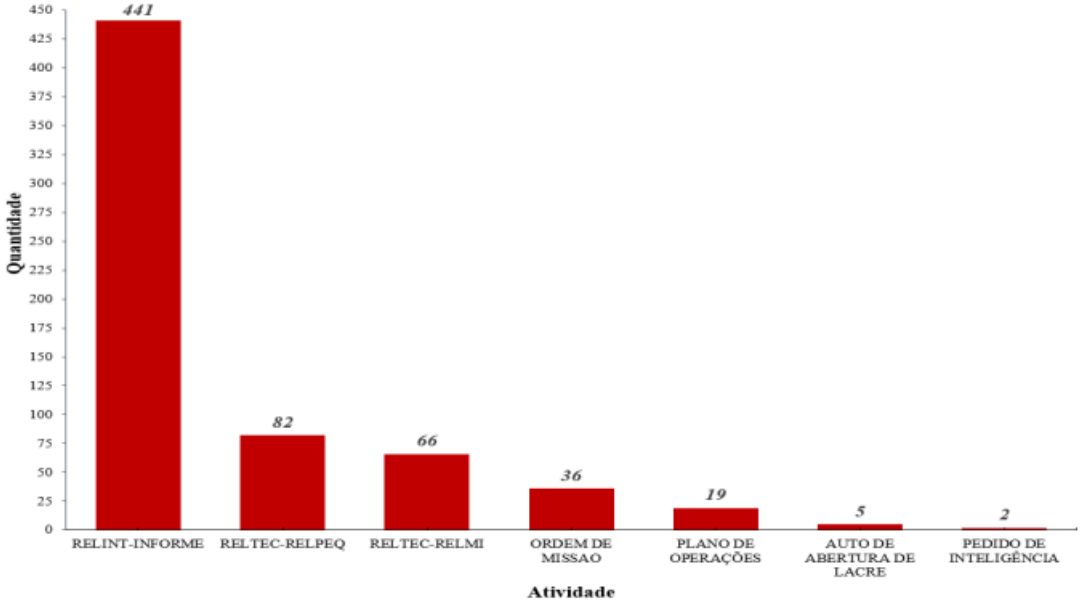
➔Pedido de Inteligência: PI5

ATIVIDADE	QUANTIDADE
PI	02

➔Ordem de Missão: OM6

ATIVIDADE	QUANTIDADE
OM	84

Figura 1: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de inteligência e apoio à investigação no ano de 2023 (até 06/12/2023).



Resumo das Operações Realizadas:

1. OPERAÇÃO FACHADA DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 17/01/2023 BUSCA E APREENSÃO: 15
2. OPERAÇÃO NEGATIO DEMANDANTE: PJ DE SANTA BARBARA DATA: 18/01/2023 BUSCA E APREENSÃO: 01
3. OPERAÇÃO PROCURADO I DEMANDANTE: CSI/MPGO DATA: 28/01/2023 PRISÃO PREVENTIVA: 01
4. OPERAÇÃO COMMINATIO DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 09/03/2023 BUSCA E APREENSÃO: 01
5. OPERAÇÃO THEMIS DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 16/03/2023 BUSCA E APREENSÃO: 01
6. OPERAÇÃO ALCMEON DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 23/03/2023 BUSCA E APREENSÃO: 02
7. OPERAÇÃO HIPÓCRATES DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 25/04/2023 BUSCA E APREENSÃO: 10
8. OPERAÇÃO MURALHA DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 26/06/2023 BUSCA E APREENSÃO: 07
9. OPERAÇÃO LATRO DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 21/07/2023 BUSCA E APREENSÃO: 05

10. OPERAÇÃO MAGNUS LACUS DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 17/07/2023 BUSCA E APREENSÃO: 07

11. OPERAÇÃO MOCOÕES DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 12/07/2023

12. OPERAÇÃO JERONIMO DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 01/08/2023 PRISÃO PREVENTIVA: 07

13. OPERAÇÃO PROCURADO II DEMANDANTE: GAECO/MPSC DATA: 04/08/2023 PRISÃO PREVENTIVA: 02

14. OPERAÇÃO HADES DEMANDANTE: GAECO/MPPA / GAECO/MPMA DATA: 08/08/2023 BUSCA E APREENSÃO: 04

15. OPERAÇÃO FREE CARD DEMANDANTE: PJ DE BAGRE DATA: 03/10/2023 BUSCA E APREENSÃO: 03

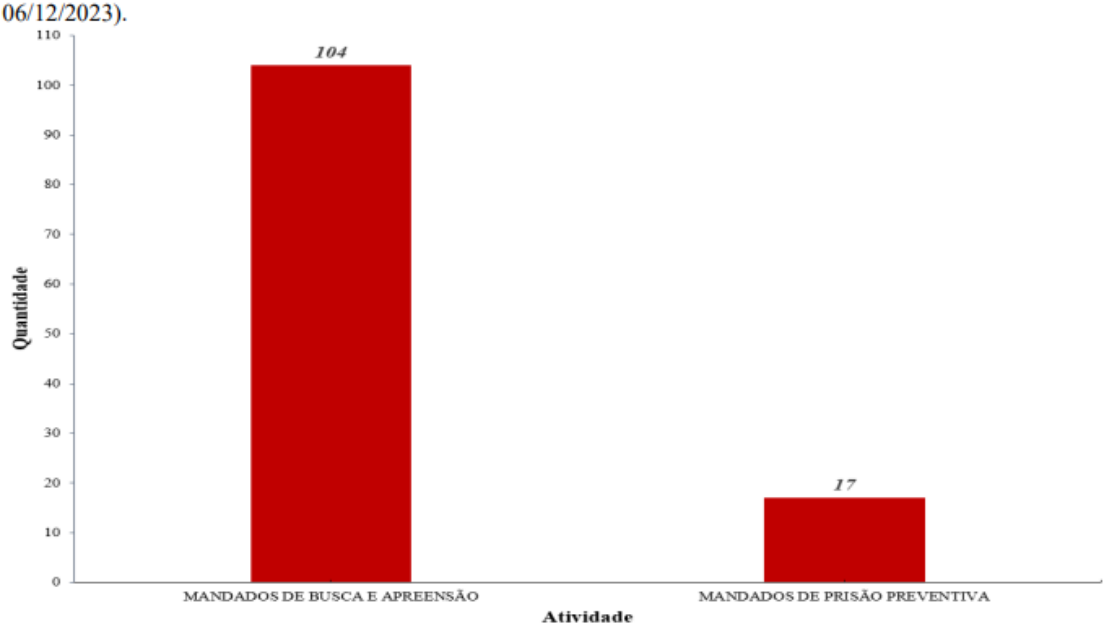
16. OPERAÇÃO SENHORES DAS ARMAS DEMANDANTE: GAECO/MPPA DATA: 14/11/2023 BUSCA E APREENSÃO: 08 PRISÃO PREVENTIVA: 07 FLAGRANTE: 01

17. OPERAÇÃO HEFESTO I DEMANDANTE: PJ DE PARAUAPEBAS DATA: 28/11/2023 BUSCA E APREENSÃO: 12

18. OPERAÇÃO HEFESTO II DEMANDANTE: PJ DE PARAUAPEBAS DATA: 29/11/2023 BUSCA E APREENSÃO: 04

19. OPERAÇÃO HEFESTO III DEMANDANTE: PJ DE PARAUAPEBAS DATA: 29/11/2023 BUSCA E APREENSÃO: 04

Figura 2: Quantidade de mandados judiciais de busca e apreensão e prisões no ano de 2023 (até 06/12/2023).



CONTRAINTELIGÊNCIA

➔ Relatório de Inteligência - Investigação Social: RELINT-INFORME8

ATIVIDADE	QUANTIDADE
RELATÓRIO INVESTIGAÇÃO SOCIAL	259

➔Varredura para detecção de junções não lineares e varredura física9

ATIVIDADE	QUANTIDADE
VARREDURAS	04

➔Cadastros/solicitações efetuadas em sistemas de pesquisas de dados conveniados10

CADASTROS/SOLICITAÇÕES	QUANTIDADE
INFOPEN/SEAP	72
GALACTUS/MPSE	433
CCS/BACEN	08
REGIN/JUCEPA	24
INFOSEG/MJSP	39
INFODIP/TSE	02
GEO-OBRAS/TCM	08
CECAG/MINCIDADANIA	13
E-CONTAS/TCM	13
CÓRTEX/MJ	35
CRC-JUD	17
LINCE/TCM	24
CENSEC/CNB	08
ADUNA-LINS/MPMG	14
CNIS/INSS	26
FATURA/MPPA	03
SIATEC/CRE-PA	02
TOTAL	341

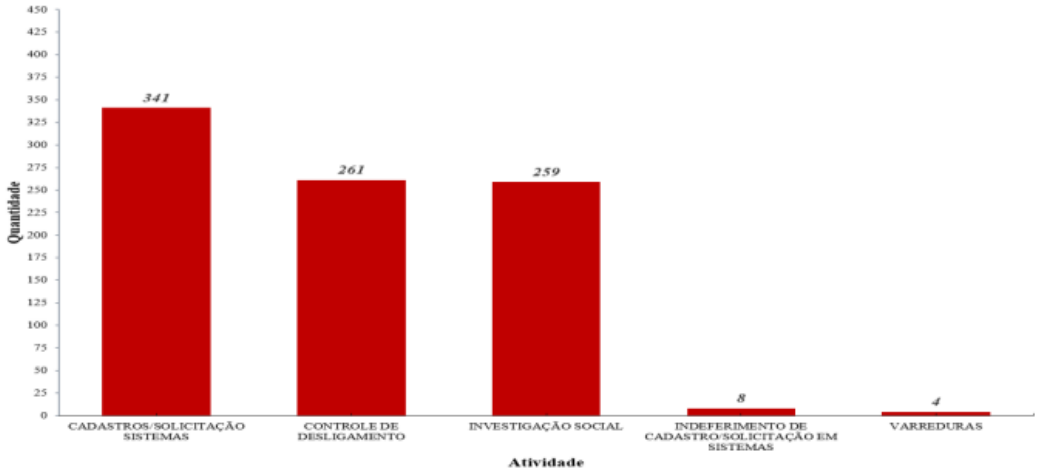
➔Indeferimentos de cadastro/solicitação de acesso à sistema de pesquisa de dados por falta de documentos obrigatórios

INFERIMENTOS	QUANTIDADE
ADUNA/LINS/MPMG	03
CNIS/INSS	01
INFOSEG/MJSP	03
SIATEC/CRE-PA	01
TOTAL	08

➔Medida de desligamentos de integrantes (membros e servidores) e estagiários

CONTROLE DE DESLIGAMENTO	QUANTIDADE
DESLIGAMENTO ESTAGIÁRIOS	192
DESLIGAMENTO DE INTEGRANTES	69
TOTAL	261

Figura 3: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de contrainteligência no ano de 2023 (até 06/12/2023).



SEGURANÇA INSTITUCIONAL

➔Relatório de Inteligência – RELINT-INFORMAÇÃO-RELAI11

ATIVIDADE	QUANTIDADE
ANÁLISE DE RISCO DE ÁREAS E INTALAÇÕES	08

➔Relatório de Inteligência – RELINT-INFORMAÇÃO-RELAR12

ATIVIDADE	QUANTIDADE
ANÁLISE DE RISCO PESSOAL	14

➔Segurança Institucional em Eventos do MPPA13

ATIVIDADE	QUANTIDADE
ACOMPANHAMENTO	58

➔Segurança de Autoridades14

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Segurança Ativa	02

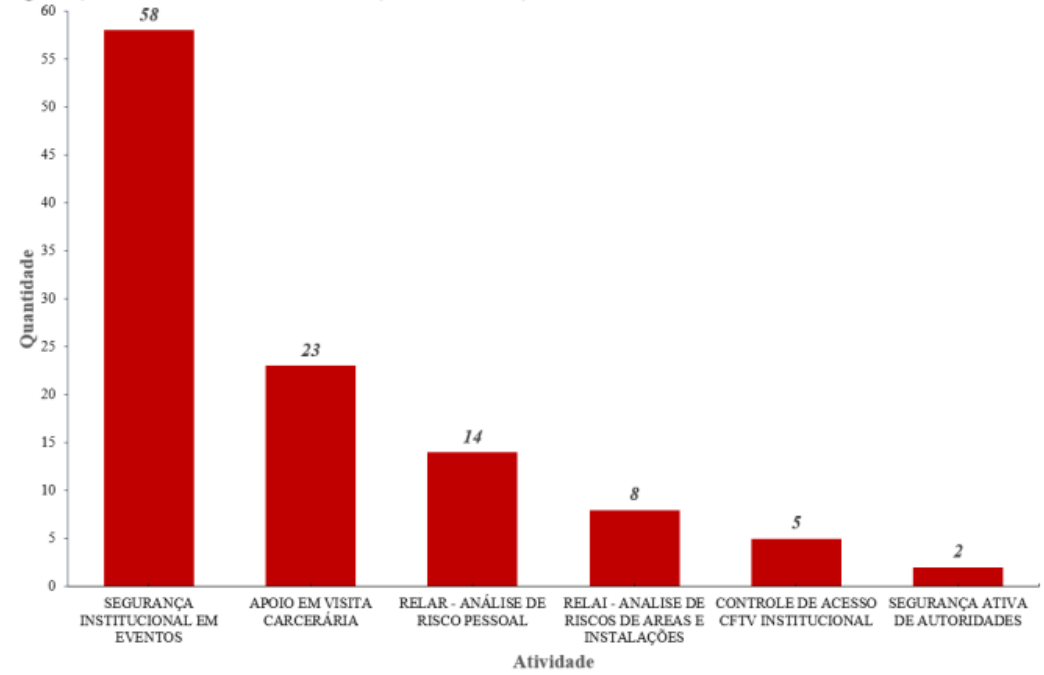
➔Apoio em Visita Carcerária15

ATIVIDADE	QUANTIDADE
VISITA CARCERÁRIA	23

➔Controle de Acesso CFTV institucional16

ATIVIDADE	QUANTIDADE
CONTROLE	05

Figura 4: Quantidade de atividades desenvolvidas referentes a demandas relacionadas à área de segurança institucional no ano de 2023 (até 06/12/2023).



O Grupo de Atuação Especial de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional - GSI, é responsável pelas demandas referentes aos afastamentos de sigilos telefônicos, telemáticos, degravações de mídias audiovisuais, análise de conteúdo de terminal móvel celular (TMC), informações sobre dados cadastrais em operadoras de telefonia, provedores de conexão, aplicação e empresa privadas, bem como análise de dados telemáticos extraídos de dispositivos apreendidos e em nuvem.

Nesse sentido, apresentou o seguinte desempenho em 2023:

Situação quantitativa relacionada às demandas da Coordenação de Sinais

REL-TEC	QUANT. ENTREGUE/ANDAMENTO
RELATÓRIO TÉCNICO DE AUTO CIRCUNSTANCIADO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA	05
RELATÓRIO TÉCNICO DE AUTO CIRCUNSTANCIADO DE INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA	06
PEDIDO DE PRESERVAÇÃO	03
RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE DE DADOS FORENSE	67
RELATÓRIO TÉCNICO DE PESQUISA	04
VERIFICAÇÃO DE MÍDIA PARA ENCAMINHAMENTO E EXTRAÇÃO	08
RELATÓRIO MENSAL DA CORREGEDORIA MP/PA	11
CERTIDÃO	06

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

O planejamento das unidades do GSI foi elaborado com base nas necessidades contínuas do GSI: capacitação de seus integrantes, aquisição de ferramentas de inteligência e/ou investigação, criação e aprimoramento de fluxos internos, implantação e aprimoramento dos sistemas, dentre outras, o que certamente contribuirá para dar melhor suporte às ações finalísticas do MPPA e reverterá em benefícios à sociedade paraense:

GSI-CICSI

- Implantação de controle de estatísticas;
- Implantação do Núcleo de Investigação Cibernética;
- Promoção de curso de inteligência para agentes ministeriais

GSI-SINAIS

- Busca novos conhecimentos em setores estratégicos (PCPA/MPs), afim de aprimorar as atividades relacionadas à análise de dados telemáticos e análise de dados forense;
- Elaborar POPs relacionados à análise de dados forense, bem como, outras demandas correlacionadas;
- Realizar cursos de aperfeiçoamento destinados às plataformas existentes nesta Coordenação.

GSI-CTLABLD

a. Implantação do Sistema Pandora - MPPB, em cooperação Técnica com o MPPB;
b. Implantação do servidor de banco de dados do CTLABLD/GSI;
c. Desenvolvimento de uma ferramenta para análise Fiscal e Patrimonial.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará foi criada através da Lei nº 6.849/2006 com atribuições para receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, dentre outras. A relevância de suas funções contribuiu para elevar os padrões de transparência, presteza, qualidade e segurança das atividades de membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição, sendo um canal permanente de comunicação com a sociedade.

A Ouvidoria-Geral diante dos desafios que se apresentavam disponibilizou sua estrutura que passou a funcionar como canal de entrada para recebimento de manifestações, mesmo aquelas que não eram de competência do MPPA garantindo a correta orientação e auxiliando a sociedade neste momento tão complexo que estamos passando, sem abrir mão do seu papel na busca pelo aprimoramento dos serviços disponibilizados pela Instituição.

Em 2023 atuou nos seguintes projetos:

O Disque Direitos Humanos – Disque 100, sistema do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, é um canal de recebimento de denúncias relacionadas a violações de direitos humanos, atendendo a graves situações da sociedade, podendo encaminhar denúncias relacionadas a diversos grupos e/ou temas. No ano de 2023 constatou-se um aumento no número de manifestações no canal, após uma campanha do Governo Federal acerca de violência contra crianças e adolescentes.

O Fala.BR é uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, gerida e mantida pela Controladoria-Geral da União (CGU) e é totalmente custeada pela CGU, sem custos para o MPPA e para o cidadão que a utiliza. A integralidade possibilita o trâmite de manifestações entre as ouvidorias que aderiram à Rede Nacional de Ouvidorias, proporcionando maior eficiência no andamento e acompanhamento das demandas. No MPPA, o Fala.BR é o canal de atendimento mais demandado na Ouvidoria, totalizando, no ano de 2023, 702 manifestações, observando-se um acréscimo de 63,64% em relação ao ano de 2022(Gráfico em anexo).

Um grande avanço no MPPA, durante o ano de 2023, foi a implementação do Sistema de Automação da Justiça (SAJ/MP) nas unidades da Instituição, facilitando a tramitação das demandas via sistema e diminuindo o tempo de espera do manifestante para o acompanhamento das manifestações.

O MPPA recepcionou, por meio dos diversos canais da Ouvidora-Geral, no ano de 2023, o total de 2.590 manifestações, observando-se um aumento de 31,47% em relação à 2022.

No ano de 2023 o MPPA, foi representado na Rede de Ouvidorias do Ministério Público, que é composta pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público – CNMP e demais MPs dos Estados e da União, e tem como objetivo principal integrar e fortalecer as atividades das Ouvidorias que compõem o Ministério Público brasileiro.

O MPPA também foi representado no Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e União – CNOMP, constituída pelos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União, com o objetivo de contribuir para a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais, promovendo o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas e de informações obre os métodos de registros, trâmites e levantamentos estatísticos das manifestações recebidas pelas Ouvidorias do Ministério Público brasileiro.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

O planejamento da Ouvidoria-Geral elaborado e aprovado passou por adequação com a nova gestão, a partir de setembro de 2023. O MPPA, por meio da Ouvidoria, planeja para o Ano de 2024 a implementação de um projeto de Ouvidoria Itinerante, com o objetivo de promover a cidadania em consonância com a principal missão da Instituição, que é a defesa da sociedade. Será um programa de caráter permanente, no qual há a divulgação da Instituição, suas funções e formas de acesso. A Ouvidoria Itinerante virá como melhor forma de aproximação direta do Ministério Público com a sociedade. A Ouvidoria vai às ruas encontrar as pessoas, onde os interesses relacionados às Promotorias se colocam com as riquezas e as peculiaridades de cada lugar, transformando as ações do Ministério Público em medidas voltadas para a consecução dos interesses sociais. Busca-se ainda, com o projeto, o aperfeiçoamento das relações e a divulgação das potencialidades e funções institucionais junto ao público.

Com a implementação do Projeto Ouvidoria Itinerante projeta-se um impacto no orçamento anteriormente aprovado para o Ano 2024, necessitando realizar as adequações a fim de que os projetos sejam devidamente realizados.

4.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Principais realizações da Comunicação em 2023

COMUNICAÇÃO VISUAL

Serviços de produção gráfica e instalação de materiais de Comunicação visual para campanhas, eventos institucionais e sinalização interna e externa de imóveis do MPPA.
Elaboração do relatório de Gestão da PGJ 2021-2023
Elaboração de Manual próprio de Gerenciamento de Crises

MÍDIAS DIGITAIS

Desenvolvimento de iniciativas que expliquem, de forma didática, dentro ou fora do MP, os resultados de sua atuação, as atividades desempenhadas pelo MP, as responsabilidades e a utilização de seus canais de acesso e de apresentação de denúncias e representações:

Canal Oficial de Youtube

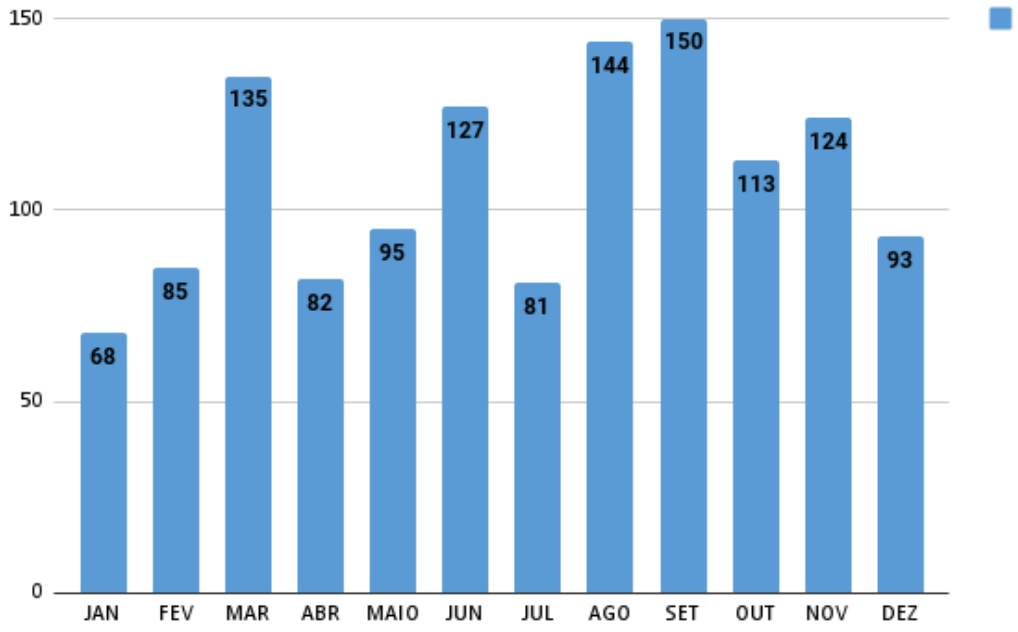
Campanha Educação Inclusiva
Momento do Corregedor
MPPA em foco
Sessões do Colégio dos Procuradores de Justiça
Sessões do Conselho Superior dos Procuradores de Justiça

Vídeos Institucionais

- Produção de 23 vídeos para material audiovisual institucional

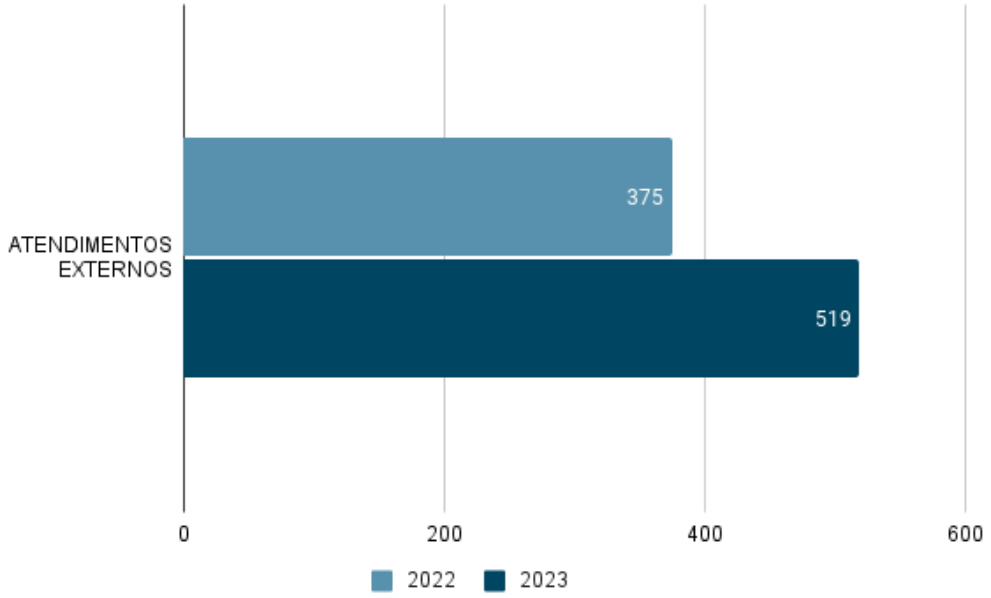
Site Institucional

Em 2023, com 1.297 matérias publicadas, o MPPA mantém seu papel de informar com transparência e imparcialidade os assuntos mais variados e de utilidade pública.



Atendimentos externos

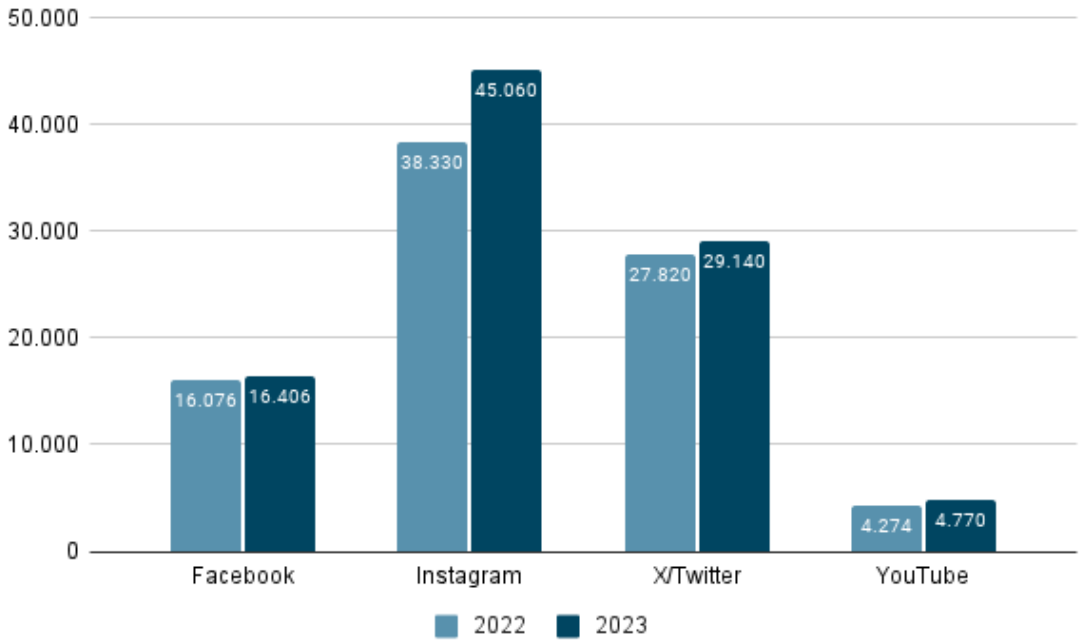
Os atendimentos externos foram intensificados e houve um crescimento de 38% em relação ao ano anterior.



Redes Sociais

Com visível desempenho positivo em relação a 2022, as redes sociais do MPPA desempenharam um papel importante no ano de 2023.

Entre publicações, posts, acompanhamento e interação nas redes sociais oficiais do MPPA, como Facebook, Instagram, *Twitter/X* e *Youtube*, culminaram em aumento de 9% do público em geral, além de *reposts*, menções e todo tipo de engajamento de cunho informativo, comemorativo e de assuntos da atualidade.



PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Continuação da otimização das redes sociais da instituição; com as aquisições de equipamentos (câmera, *ring lights*, tripé e outros). Previsto também a contratação de um profissional de fotografia para coberturas de evento gerais, e contratação de serviços profissionais de publicidade para planejamento e criação de conteúdo.

Participação em cursos e palestras de capacitação, ofertados pelo MPPA para atualização e aprimoramento da comunicação institucional.

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.1 - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAS

O Ministério Público do Estado do Pará, em 2023 fez a gestão do quadro de pessoal do MPPA, o qual em dezembro de 2023, constavam 322 (trezentos e vinte e dois) membros, sendo 31 (trinta e um) Procuradores de Justiça e 291 (duzentos e noventa e um) Promotores de Justiça, 1134 (mil cento e trinta e quatro) servidores efetivos concursados do MPPA, 118

(cento e dezoito) servidores efetivos do Estado e cedidos para esta instituição ministerial, 232 (duzentos e trinta e dois) militares cedidos da Polícia Militar do Estado e Corpo de Bombeiros Militar, 15 (quinze) temporários e 834 (oitocentos e trinta e quatro) estagiários, sendo 196 (cento e noventa e seis) de nível médio e 638 (seiscentos e trinta e oito) de nível superior, totalizando 2.655 (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco) pessoas no quadro de pessoal deste Ministério Público.

Durante o ano de 2023, ocorreu ingresso de 06 (seis) membros, ficando registrado, porém, o término de vínculo por exoneração de 08 (oito). No que diz respeito aos militares, ocorreu o ingresso de 24 (vinte e quatro) e o desligamento de 05 (cinco). No que tange aos servidores, foram admitidos ao todo 158 (cento e cinquenta e oito) ocupantes de cargo de provimento efetivo provenientes do concurso realizado em 2022. No ano de 2023 ocorreram também 12 (doze) términos de vínculo de servidores.

No ano de 2023 foram realizados dois cursos de ambientação visando recepcionar novos servidores efetivos de nível médio e superior, oriundos do VI Concurso de provimento de cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará. O curso de ambientação de servidores de nível médio foi realizado nos dias 17 e 18/5/2023 na capital sendo transmitido para o interno do estado. Foram admitidos em maio mais de 70 (setenta) servidores, ocupantes dos cargos de Auxiliar de Administração, Técnico em Informática e Auxiliar de Enfermagem.

Foi também realizado nos dias 5 e 6/10/2023 o curso de ambientação de servidores de nível superior na capital, com transmissão ao interior. No mês de Outubro/2023 foram admitidos mais de 50 servidores dos diversos cargos de nível superior do MPPA.

O PCCR, que em 2023 esteve em finalização para aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça e posterior encaminhamento do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado, cria mais vagas de cargos de nível médio e superior, para suprir as necessidades das diversas áreas do MPPA, permitindo a absorção de mais 62 servidores de nível médio e 28 servidores de nível superior, que foram aprovados nos últimos concursos ocorridos em 2022, porém ficaram no cadastro de reserva.

No foco da Valorização de pessoas, ocorreu o apoio à campanha "Papai Noel dos Correios", em parceria com os correios, que buscou estimular a adesão de membros e servidores para fornecer presentes às crianças que escrevem cartinhas ao Papai Noel e entregam aos Correios, e a Campanha em conjunto com o Hemopa e TJPA que visou estimular o processo de doação de sangue entre servidores e membros do órgão, aperfeiçoando as atitudes proativas em defesa da sociedade.

O MPPA atuou no cumprimento de seu Objetivo Estratégico de Promover a Gestão de Pessoas/Desenvolvimento de políticas institucionais de acompanhamento da saúde física e mental de membros e servidores, realizando nas dependências de seu Departamento Médico e Odontológico 5.337 Atendimentos Médicos, 4.189 Atendimentos Odontológicos, 793 Atendimentos Psicológicos e 1.258 Atendimentos de Enfermagem a Membros e Servidores da Instituição, além de seus dependentes. Ademais, promoveu campanha de vacinação contra Gripe alcançando 346 imunizados, e 241 testagens para detecção de antígeno para COVID-19.

A equipe de saúde foi incrementada com a posse de mais 6 médicos, 2 dentistas, 1 enfermeiro, 1 psicóloga e 3 auxiliares de enfermagem, todos oriundos de concurso público.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Para o ano de 2024 está planejada a admissão de 90 (noventa) servidores ocupantes do cargo de provimento em comissão de Assessor Ministerial – Bacharel em Direito criados pela lei 10.256/2023, para atuação na área finalística do MPPA.

Está prevista a admissão de 65 (sessenta e cinco) Promotores de Justiça oriundos do Concurso Público para a carreira de membros do MPPA, bem como o reajuste do subsídio a partir de fevereiro de 2024, conforme lei Estadual nº 9.858/2023.

Estima-se ainda o ingresso de Estagiários de Pós-Graduação, aprovados conforme Resolução do CPJ, e estagiários de nível superior conforme seleção pública realizada no início de 2024.

Por fim e mais impactante do ponto de vista funcional é a implantação do PCCR. Espera-se que o Projeto de lei seja sancionado no ano de 2024, culminando com a implantação de novas tabelas salariais, novas unidades, novas funções, expansão do quantitativo de pessoal e criação de novas gratificações e funções gratificadas aos servidores do MPPA.

Para o ano de 2024 e no campo da Valorização de pessoas, o MPPA ampliará a atenção à saúde dispensada aos seus Membros, Servidores, Estagiários e Militares que o compõem, com o retorno do Programa MP Saudável, que tem por objetivo levantar indicadores de saúde dos Integrantes do Ministério Público em seu local de trabalho, para assim prevenir/tratar doenças, tais como hipertensão arterial, obesidade e diabetes, além de estimular hábitos saudáveis.

Ademais, devido ao acréscimo de novos servidores ao quadro técnico de saúde, foi projetado um incremento no número de atendimentos a serem realizados na ordem de 15%

como média geral, e também dispor de campanhas de imunização em parceria com as Secretarias de Saúde.

5.2 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é a unidade organizacional auxiliar do Ministério Público do Pará, vinculado à Procuradoria Geral de Justiça, que de acordo com a Resolução nº 002/2011-CPJ, de 7 de abril de 2011, destina-se à realização cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, objetivando o aperfeiçoamento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores; o aprimoramento da execução ou prestação dos serviços; otimizar a disponibilização, a utilização e a operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do Ministério Público, para o melhor desempenho de suas funções institucionais. No ano de 2023 foram realizados vários cursos e treinamentos.

O Ministério Público do Estado do Pará, no ano de 2023, deu andamento aos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos e Mestrado em Segurança Pública por meio da parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Deu início, em parceria com a mesma Universidade, ao Curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental, temática “Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais”. Ainda na área de Pós-Graduação, foi dado início à turma de Especialização em Direito Eleitoral, realizada pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA).

Outros cursos de curta duração também foram realizados, dentre os quais, os seguintes são destacados:

• Sistema de Registro de Preços na Lei nº 14.133/2021: Inovações, Boas Práticas e Perspectiva Operacional;

• Gestão e Fiscalização Contratual Eficiente: Entendendo o regime Contratual da Lei nº 14.133/2021;

• Contratação Direta na Lei Nº 14.133/2021: Perspectiva Jurisprudencial, Impactos da Eletronicação e Transparência dos Procedimentos e Uso do Credenciamento.

Foram feitas Rodas de Conversa sobre CONTRATAÇÕES, com o tema central “Contratação Direta”, dessa forma ofertou-se 5 módulos sobre a temática cujo principal objetivo foi promover e disseminar o conhecimento sobre contratações diretas pelo estudo da regulamentação no âmbito do MPPA; com o objetivo de capacitar os integrantes do Comitê Estratégico e do Comitê Executivos para realizarem a adequação do Órgão à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foram realizados 3 Cursos na temática, a saber: Sistemas de

Integridade Pública; Workshop Programa de Privacidade: LGPD e o Workshop LGPD: Caminhos para a Adequação.

Com a finalidade de formar profissionais que possam desenvolver iniciativas práticas alinhadas às competências do século XXI para a evolução dos resultados da organização, por meio de uma capacitação específica na área de atuação profissional de maneira integrada com a estratégia e os desafios institucionais, houve na área de planejamento e gestão a oferta de 2 turmas com a Fundação Getúlio Vargas sobre o tema Gestão de Promotorias: o Curso de OKR no Serviço Público, além do Workshop de Planejamento Estratégico.

Visando à aquisição de habilidades relacionadas a tarefas do cargo no intuito de otimizar o aperfeiçoamento de desempenhos, incidindo nos resultados, o MPPA realizou inúmeros treinamentos com destaque para:

• Treinamento SAI – Sistema de Apoio à Investigação;
• Treinamento: Plataformas “RT” e “RT Proview”;
• Treinamento: Plataforma Lex Magister;
• Treinamento para elaboração da LOA 2025 PCA 2025;
• Treinamento: Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico-Treinamento;
• Oficina: SISCONTA Eleitoral e as Representações Eleitorais por Doação acima do Limite.

Ainda em aspecto de treinamento, preocupado com a segurança dos servidores, o MPPA realizou 6 versões nos polos administrativos do treinamento em brigada de incêndio.

O MPPA realizou também seminários e eventos assemelhados:

• Seminário Internacional: Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia com a Temática: Agenda 2030 e Ministério Público: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia;
• Encontro Regional Sul e Sudeste do Pará: A Questão dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza;
• I Conferência do MPPA em Falência e Recuperação Judicial congregou no MPPA autoridades no tema com o objetivo de promover a discussão sobre os processos de falência e recuperação judicial e sua dinâmica social.

Em temáticas relativas à atuação na comunidade, o Ministério Público atuou para além da Capital. Esteve no interior do estado apresentando formação e discutindo sobre temáticas como:

• Medidas socioeducativas em meio aberto na perspectiva da Resolução CNMP nº 204/2019;
• Tráfico de Pessoas;
• Prevenção ao Suicídio;

• Conflitos, Direitos e Moradia em Belém;
• Enfrentamento a Violência Sexual;
• Mulheres e Direitos;
• O Impacto das Telas no Desenvolvimento Infantil;
• Mulheres Indígenas;

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Visando o contínuo desenvolvimento e implementação de ações que qualifiquem membros e servidores do MPPA para o exercício da função e para o alcance dos objetivos institucionais a fim de garantir o melhor desempenho das atribuições que lhe são conferidas, serão ofertados no ano de 2024 cursos desde o nível de pós-graduação Strictu Sensu até cursos de curta duração como finalidade de alcançar desde a área estratégica, passando pelo tácito até a operacional da instituição. Dessa forma, serão adquiridas:

• 05 vagas em curso - nível de metrado profissional na área de concentração em Administração Pública, com a Fundação Getúlio Vargas;
• 10 vagas também em nível de mestrado profissional em Direito com a Universidade Federal do Pará;

Em nível de especialização, será ofertada uma turma em Sistema de Segurança Integrada da Informação e Cibersegurança com a Universidade Federal do Pará; em nível de aperfeiçoamento serão 2 cursos a saber:

• Aperfeiçoamento em Direito Agrário e Fundiário;
• Aperfeiçoamento em Noções Gerais de Medicina Legal.

Os cursos de curta duração para qualificação de servidores em suas áreas de atuação programados para 2024 são:

•E-social;
•Governança das Contratações;
•Gestão e Fiscalização de Contratos;
•Implementação e aplicação prática da Lei nº 14.133/2021: organização estrutural, impactos da regulamentação, sistemas e PNCP;
•Métodos de Solução Adequada de Conflitos e Lei de Licitações e Contratos Administrativos: conciliação, mediação e arbitragem;
•Pregão Eletrônico na Lei nº 14.133/2021: rito procedimental e operação conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;
•Contratação de Obras e Serviços de Engenharia de Acordo com a Lei nº 14.133/2023;

•Libras Básico e Avançado;

•Redação Jurídica.

Serão realizados ainda, cursos propostos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Centros de Apoio Operacional, Núcleos do MPPA e Promotorias como:

•Seminário: “O Ministério Público e a COP 30: perspectivas e desafios”;

• Curso de atualização em Direito Penal e Processo Penal;

• Justiça Terapêutica;

• Atualização em Direito Público e coletivo;

• Criminalidade organizada;

• Curso de Gênero, justiça e desenvolvimento com foco nos direitos das mulheres;

• Curso de estratégia e segredos do Tribunal do Júri;

• Curso de Inteligência Artificial para Análise Financeira;

• Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos;

• Atualizações e Inovações da Lei Maria da Penha;

• Novo Marco Legal do Saneamento;

• Acordo de Não persecução Penal.

Prosseguindo a oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, na área de informática, destacamos a aquisição de mais de 100 licenças da Alura que é uma plataforma online de formação em tecnologia que atenderá tanto os servidores lotados na capital quanto no interior. E, com o DRH serão ofertados cursos como: Curso Relações Interpessoais do Trabalho e capacitações na área do bem-estar, finanças pessoais, administração do tempo, dentre outros.

No âmbito da publicação, no ano de 2024, o CEAF publicará a Revista Jurídica do MPPA edição 2024, o E-book “Ministério Público e Literatura”; o E-book Jurídico, além de inúmeras cartilhas com temáticas oriundas dos Centros e Apoio Operacional, dos Núcleos, bem como das Promotorias de Justiça. Destaca-se ainda a reedição do Curso de Processo Editorial de Periódico Científico no Open Journal Systems (OJS) e indexação em bases de dados que foi um marco para que a RJMP alcançasse a classificação Qualis na categoria B junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPS.

Serão distribuídas as revistas passatempos, trabalho desenvolvido pelo CEAF em parceria com os Centros de Apoio Operacionais:

• Direitos do Cidadão;

• Pluralidade familiar como direito do cidadão;

• Por dentro do Ministério Público;
• Direitos Humanos;
• Projeto Defesa ao Patrimônio Público;
• Políticas Criminais: saiba mais;
• Direitos Sociais;
• Direitos Ambientais.

5.3 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No ano de 2023 o Ministério Público do Estado do Pará avançou na implantação do Sistema SAJMP em mais 80 Promotorias de Justiça, totalizando 95% de implantação. O Sistema SAJMP otimiza a tramitação processual, permitindo que os membros e servidores dediquem mais tempo a outras tarefas, como atendimento ao público e as demandas da sociedade. Outro destaque foi a aquisição e implantação do sistema de Gestão de Pessoas MentoRH que trouxe novas funcionalidades capazes de modernizar e otimizar os processos de Gestão de Pessoas no MPPA.

Focando na área de infraestrutura, o Ministério Público passa por uma extensa modernização dos seus equipamentos de informática. Parte dos computadores utilizados pelos membros e servidores nas áreas finalística e administrativa foram substituídos por novos permitindo que o trabalho diário seja realizado de forma célere, principalmente nas promotorias de justiça, maximizando o atendimento das demandas e o retorno para a sociedade. Além disso, as impressoras multifuncionais foram modernizadas através de um novo contrato de terceirização reduzindo a quantidade de problemas nos equipamentos. Outro destaque foi a modernização do data center, com a aquisição e instalação de equipamentos de rede de alta velocidade e aquisição de servidores de alta performance para instalação do SAJMP e outros sistemas institucionais.

Além dos destaques já citados, o Ministério Público avançou na modernização dos sistemas internos e externos, disponibilizando novas funcionalidades para os Membros e Servidores da instituição e para a sociedade como um todo. Um grande destaque neste segmento é o Portal da Transparência que alcançou o Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

Em 2024 será dada continuidade aos processos de modernização da infraestrutura de TI da instituição. No decorrer do ano, haverá investimentos em sistemas de informação, segurança da informação e equipamentos para membros, servidores e para o Data Center.

Dentre os investimentos em sistemas, se destacam: a aquisição de um novo sistema de Gestão Administrativa Integrada para área meio, a contratação de suíte de aplicativos de escritório e de uma Fábrica de Software. Em relação a equipamentos para usuários ressalta-se a continuação do processo de troca dos computadores utilizados nas promotorias de justiça e modernização da rede *wi-fi* nas promotorias de justiça e sede administrativa. Quanto aos equipamentos para data center destaca-se a aquisição de nova solução de backup e de um data center modular.

5.4 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

Na busca de uma maior aproximação com a sociedade, o MPPA está presente em todas as regiões do Pará, utilizando-se dos instrumentos processuais e extraprocessuais, na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, por meio de suas Promotorias de Justiça.

Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses, o MPPA contou, no exercício financeiro de 2023, com a seguinte realidade de suas instalações físicas: **25** (vinte e cinco) **municípios não possuem Promotorias de Justiça instaladas.**

REGIÃO ADMINISTRATIVA	MUNICÍPIO / DISTRITO
BAIXO AMAZONAS	BELTERRA
BAIXO AMAZONAS	CURUÁ
BAIXO AMAZONAS	MOJUÍ DOS CAMPOS
MARAJÓ I	SANTA CRUZ DO ARARI
NORDESTE I	SÃO JOÃO DA PONTA
NORDESTE I	TERRA ALTA
NORDESTE II	CACHOEIRA DO PIRIÁ
NORDESTE II	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
NORDESTE II	QUATIPURU
NORDESTE II	TRACUATEUA
SUDESTE I	ABEL FIGUEIREDO
SUDESTE I	BOM JESUS DO TOCANTINS
SUDESTE I	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
SUDESTE I	NOVA IPIXUNA
SUDESTE I	PALESTINA DO PARÁ
SUDESTE I	PIÇARRA
SUDESTE II	ÁGUA AZUL DO NORTE
SUDESTE II	BANNACH
SUDESTE II	CUMARU DO NORTE
SUDESTE II	FLORESTA DO ARAGUAIA
SUDESTE II	PAU D´ARCO
SUDESTE II	SANTA MARIA DAS BARREIRAS
SUDESTE II	SAPUCAIA
SUDOESTE I	PLACAS
SUDOESTE II	TRAIRÃO

Existem Promotorias de Justiça instaladas em 119 municípios, servindo-se de instalações físicas diversas:

Quantidade	Situação
55	Promotorias de Justiça que funcionam em Salas de Fórum(de 2022 para 2023, saiu 01 Promotoria dos Fóruns)
19	Promotorias de Justiça que funcionam em Prédios Locados
3	Promotorias de Justiça que funcionam em Prédios Cedidos
42	Promotorias de Justiça que funcionam em sede em Sede Própria (Excetuando Belém I - capital) -

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Os custos com construções, reformas e serviços de engenharia para conservação e manutenção de imóveis do Ministério Público Paraense, alcançaram em 2023 o valor de R$ 10.938.190,00.

Este valor está segregado em R$ 6.116.472,12 para as despesas com reformas, conservação e manutenção de bens imóveis, R$ 4.821.717,88 em custos com obras e projetos de novas instalações.

Os recursos utilizados com reformas, em 2023, possibilitaram a reforma e manutenção em 40 (quarenta) imóveis e salas onde funcionam as Promotorias de Justiça, evidenciando o alinhamento com o desafio institucional, do objetivo do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, de fomentar práticas de governança e gestão orientadas para resultados, por meio do fortalecimento das ações com reformas e manutenções prediais, visando garantir a funcionalidade adequada para as unidades institucionais, no desenvolvimento de suas atribuições.

Em 2023, foram inauguradas as construções das sedes de Moju e Canaã dos Carajás. E ainda foram concluídas as reformas das antigas residências oficiais que se encontravam sem uso, através de contratos próprios, para funcionamento das novas sedes do MP nos municípios de Oriximiná, Mãe-do-Rio, Curionópolis e Muaná, em sintonia ao desafio institucional, do objetivo do Planejamento Estratégico Institucional, de ampliar gradativamente o processo de gestão interiorizada, como instrumento útil à promoção de condições de espaços físicos e operacionais de trabalho para membros e servidores do MPPA, garantindo a adequada prestação de serviços à sociedade.

Foram recebidos por meio de doação do município, terrenos para a construção das promotorias de justiça em Breves, Capanema e Paragominas.

Em andamento se encontram as construções das sedes de Cametá, Barcarena e Tomé-Açu.

Os serviços de engenharia foram realizados em diversos municípios por meio das atas de registro de preços para Serviços Comuns de Engenharia nº 044/2022.

Foram iniciadas as licitações para as construções das novas sedes de Abaetetuba, Ourilândia do Norte, e adaptação da antiga residência oficial em Salvaterra.

Foi realizada a licitação para a contratação dos projetos para construção da Nova Sede do Ministério Público, por meio do GEDOC nº 158549/2022.

O detalhamento dos gastos é demonstrado a seguir nos quadros de reforma e obras respectivamente:

REFORMAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

Unidades	**Local**	**Liquidado**
Total Reformas		**6.116.472,12**
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Monte Alegre	2.375,58
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Tucuruí	57.384,46
Reforma e Adaptação em sede da Residência Oficial MPPA	Oriximiná	108.294,18
Reforma e Adaptação em sede da Residência Oficial MPPA	Mãe do Rio	169.958,76
Reforma e Adaptação em sede da Residência Oficial MPPA	Curionópolis	216.806,01
Reforma e Adaptação em sede da Residência Oficial MPPA	Muaná	200.934,82
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Redenção	346.737,15
Reforma do prédio locado para funcionar a Promotoria de Justiça	Abaetetuba	355.579,34
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Xinguara	75.137,59
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Capanema	263.948,21
Reforma e Adaptação em sede da Residência Oficial MPPA	Barcarena	416.828,55
Reforma na sala do MPPA no Fórum do município	Faro	46.290,32
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	São Domingos do Araguaia	45.705,66
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Santarém	289.518,06
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Parauapebas	120.188,02
Reforma da Sede da Promotoria de Justiça	Marabá	906.542,54
Reforma gabinete SUBJI	Belém	323.940,15
Reforma da Sala de Representação do MPPA	Brasília	451.120,43
Serviço de Escoramento Grisólia	Belém	61.110,00
Serviços Comuns de Engenharia – ARP 044/2022		1.658.072,29
Anexo I - Gabinetes Procuradores de Justiça e Sala de Apoio 2º andar	Belém	

ROFAMA - Instalação de divisórias para criação de depósitos	Belém
Edifício Sede (Sala do DEINF, copa do 3º andar, portas SUB TA)	Belém
Edifício Sede (Móveis e vidro gabinete PGJ, pintura geral)	Belém
Casa Asmar (telhado, pintura geral, reparo em esquadrias de madeira, instalações elétricas e de lógica)	Belém
Galpão Tamandaré (revisão cobertura, reparos no sistema de calhas, instalação de grade, armário em MDF)	Belém
Antiga Academia (depósito e espaço da empresa terceirizada, acesso para o Anexo II)	Belém
Substituição de marquise	Benevides
Pintura geral, reparo em forro e esquadrias, estacionamento coberto	Santa Isabel do Pará
DMO - Pintura geral, armários em MDF, calçada externa, cobertura em policarbonato	Belém
Gaeco (Salas de Informática, Secretaria e Sala de Reunião)	Belém
Anexo I e Constitucional (gabinetes Promotores de Justiça)	Belém
Sala Fórum (Instalação de divisória, pintura e película)	Ourém
Anexo II e Corregedoria (Pintura, reparo em forro)	Belém
Sala no Fórum (pintura, troca de piso, forro e revestimentos)	Acará
Reforço estrutural e recomposição muro	Acará
Serviços de manutenção para devolução do imóvel alugado	Muaná

Retirada de vegetação daninha, mastro para bandeiras, recuperação piso estacionamento	Marituba
Dr. Freitas - revisão de telhado, retirada de infiltrações, instalações	Belém
Reparos cobertura, tratamento de infiltrações, pintura geral	Benevides
ROFAMA - Criação de Depósitos Almoxarifado	Belém
Serviços para devolução do imóvel alugado	Mãe-do-Rio
Calhas, infiltrações, pintura	Paragominas
Anexo I - Gabinetes Procuradores de Justiça e instalações elétricas corredores	Belém
Ed. Sede - Demandas diversas	Belém
Serviços complementares	Santa Isabel do Pará
Serviços Diversos	Ananindeua
Ed. Sede - Serviços gabinete SUBJI	Belém
Icoaraci - reservatório e portas	Belém
Serviços diversos	Viseu
Tamandaré - Serviços complementares	Belém
Serviços complementares no imóvel novo	Mãe-do-Rio
Tamandaré - Reforço e muro dos fundos do imóvel	Belém
Serviços complementares (imóvel anexo)	Benevides
GSI/GAECO - Completo	Belém
Instalação de concertina	Augusto Corrêa
Reparos na porta de vidro entrada principal	Tailândia
Serviços drenagem	Ananindeua
Casa Asmar - plataforma para ar-condicionado/ ROFAMA - Cobertura e ventilação depósitos	Belém
Películas, DEFIN e reparo móvel SUB TA	Belém
Prédio das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude	Belém
Serviços na sala do Fórum e anexo	Bonito
Tamandaré - Sala dos Motoristas	Belém
Casa alugada (reparos de pintura e instalação de splits)	Abaetetuba

Serviços porta de entrada e calçada externa	Vigia
DAJ - serviços de retirada de infiltrações e pintura geral	Belém
Anexo I - Gabinetes Procuradores e Promotores	Belém
Gaeco/GSI - Serviços complementares	Belém
Serviços Diversos	Maracanã
Divisórias Sala Fórum (Prot. nº 9000/2023)	Magalhães Barata
Serviços complementares	Ananindeua
Serviços complementares	Marituba
Dr. Freitas / Casa Asmar / Icoaraci - serviços complementares	Belém
Grisólia - Limpeza terreno e reparo tapume metálico	Belém
Prot. Nº 2147/2023	Garrafão do Norte
Imóvel alugado (Protocolo nº 4210/2023)	Breves
Casa Asmar, Anexos e Informática - Serviços complementares	Belém
Bombas para prédios diversos	Belém
Protocolo nº 8060/2022	Inhangapi
Limpeza terreno vizinho	Salvaterra
Serviços sala do Fórum	Santarém Novo
Substituição de janela e película	Benevides

Informações Qualitativas: Reformas

- O MPPA realizou em 2023, por meio do **Projeto de Interiorização da PGJ**, levantamentos *in loco* para a execução de reformas nas **sedes de polo**, que necessitavam de manutenção, como Redenção, Capanema, Parauapebas, Tucuruí Paragominas e Abaetetuba – adaptação de imóvel alugado (concluídas); Marabá e Santarém (em andamento);
- O prédio onde encontra-se o **GSI/GAECO** foi totalmente reformado, possibilitado o melhor desempenho das funções e atuação desses grupos;
- As Promotorias de Justiça de **segunda entrância** também foram objeto de atuação, com reformas significativas, em sedes que necessitavam de manutenção, para atender ao

perfil de cargos e volume processual da Promotoria, foram reformadas as sedes de **Monte Alegre, Xinguara, Santa Isabel do Pará, Marituba, Maracanã, Viseu e Benevides**;

- As Promotorias de Justiça de **Cametá, Barcarena e Tomé-Açu**, estão com as construções das suas sedes em andamento, e em licitação, estão as construções das sedes de **Abaetetuba, Ourilândia do Norte** e Adaptação da Residência Oficial de **Salvaterra**, em sede;
- A Promotoria de Justiça de **Curionópolis** e **Moju** saíram dos Fóruns para sedes próprias e as Promotorias de **Muaná**, **Mãe-do-Rio**, **Oriximiná e Canaã dos Carajás** saíram de imóvel alugados para sedes próprias. A sede de Cametá, assim que inaugurada também sairá do Fórum para sede própria;
- Foram adaptados, a residência oficial de **Barcarena**, para funcionar provisoriamente como sede da PJ, durante a construção da sede e o imóvel alugado para funcionar temporariamente a sede de **Abaetetuba** durante a construção da sede;
- As sedes das Promotorias de Justiça de **primeira entrância** de Faro, São Domingos do Araguaia, Ourém, Acará, Magalhães Barata, Inhangapi, Garrafão do Norte e Santarém Novo também passaram por reformas;
- Foi concluída a adaptação da residência oficial de **Curionópolis**, em sede;
- Encontra-se em licitação a reforma e ampliação da sede de **Ourilândia do Norte**;
- Em andamento, encontra-se os serviços na sala do Fórum e na antiga residência oficial de **Bonito**, que será adaptada para funcionar parte da PJ;
- Encontra-se em andamento a reforma na sala para funcionar a Representação do Ministério Público do Estado do Pará em **Brasília**, com previsão de inauguração em marco de 2024.

OBRAS

Unidades	**Local**	**Liquidado**
Total Obras		**4.821.717,88**
Construção nova Sede da Promotoria de Justiça	**Canaã dos Carajás**	825.063,97
Construção nova Sede da Promotoria de Justiça	**Moju**	1.290.961,15
Construção nova Sede da Promotoria de Justiça	**Cametá**	663.663,11
Construção nova Sede da Promotoria de Justiça	**Barcarena**	1.199.996,45
Construção nova Sede da Promotoria de Justiça	**Tomé-Açu**	426.225,08

Construção Estacionamento da PJ	**Rondon do Pará**	202.707,96
Estudos e Projetos	**Diversos**	212.800,16

Informações Qualitativas: Obras

- Em 2023, foram iniciadas as obras de construção das sedes de **Tomé-Açu** e **Barcarena**;
- A construção da sede da Promotoria de Justiça de **Abaetetuba** encontra-se em fase conclusiva de licitação;
- Foi republicada, em 2023, a licitação para os **projetos da Nova Sede do Ministério Público**, projeto estratégico, de suma importância para o futuro da Instituição, será realizado por meio de TED - Termo de Execução Descentralizada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, e terá vigência de doze meses. O novo prédio visa reestruturar o MPPA pelos próximos 50 anos, e tem como um dos seus diferenciais pleitear a certificação ambiental **LEDD - Leadership in Energy and Environmental Design** que é um sistema internacional de certificação e orientação ambiental para edificações utilizado em mais de160 países, e possui o intuito de incentivar a transformação dos projetos, obra e operação das edificações, sempre com foco na sustentabilidade de suas atuações.

Informações Qualitativas: Doações de terrenos

- Foram recebidas doações da municipalidade, de terrenos, para construção de sedes de **Breves**, **Capanema** e **Paragominas**, que entraram na programação de 2024 para elaboração de projetos e construção das sedes das Promotorias de Justiça.

PLANEJAMENTO OBRAS E REFORMAS 2024

REFORMAS

Unidades	**Local**	**Valor**
Total Reformas		**29.520.671,43**
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Curuçá	300.000,00
Reforma e adaptação do prédio da antiga ROFAMA	Belém	5.251.905,94

Execução de reforma e adequação dos espaços Auditório e Guarita do prédio sede do MPPA	Ananindeua	821.796,94
Execução de reforma e adequação dos espaços do 4º andar e Plenário Edifício Sede do MPPA no município de Belém	Belém	733.554,77
Reforma e adaptação da PJ	Ourilândia do Norte	459.529,19
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Augusto Corrêa	400.000,00
Execução de reforma e adequação do Auditório do Edifício Sede do MPPA	Belém	399.710,17
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Novo Progresso	300.000,00
Reforma do sistema de instalações elétricas Ed. Sede Belém	Belém	300.000,00
Reforma e adaptação do prédio "antiga Academia", para utilização do pavimento superior.	Belém	450.000,00
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Rurópolis	300.000,00
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Marapanim	200.000,00
Reforma e adaptação do imóvel sede do MPPA no município	Portel	300.000,00
Reforma da PJ	Marabá	1.403.168,51
Serviços Comuns de Engenharia	Belém I, II, Nordeste I, II, II e IV, Tocantins e Marajó I e II. I	3.741.533,86
Terceirização de mão de obra para realização de serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de material, em imóveis do MPPA (Regiões Administrativas Sudeste II e IV)	Redenção	1.131.792,32
Terceirização de mão de obra para realização de serviços de manutenção e conservação predial, com	Santarém	1.131.792,32

fornecimento de material, em imóveis do MPPA (Região Administrativa Baixo Amazonas)		
Terceirização de mão de obra para realização de serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de material, em imóveis do MPPA (Regiões Administrativas Sudoeste I e II)	Altamira	1.131.792,32
Terceirização de mão de obra para realização de serviços de manutenção e conservação predial, com fornecimento de material, em imóveis do MPPA (Regiões Sudeste I e III).	Marabá	1.131.792,32
Contratação de consultoria especializada para implantação da metodologia Building Information Modelling - BIM	Belém	750.000,00
Aquisição de equipamento Scanner 3D	Belém	700.000,00
Instalações elétricas para iluminação das fachadas do Ed. Sede e Anexos.	Belém	80.000,00
Reforma da PJ	Icoaraci	882.924,67
Reforço estrutural Ed. Sede	Belém	1.670.000,00
Reforma da PJ	Castanhal	225.146,06
Reforma da PJ	Rio Maria	29.702,91
Reforma Teatro Vitória Santarém	Santarém	986.174,97
Reforma da PJ	Conceição do Araguaia	85.251,38
Reforma da PJ	Marituba	879.361,29
Reforma da PJ	Altamira	83.000,00
Reforma da PJ	Óbidos	125.000,00
Reforma da PJ	Santarém	494.954,42
Reforma da PJ - Aditivo	Santarém	33.116,33
Reforma da Sala	Brasília	589.285,03
Prestação de Serviços de Consultoria, Gerência de Contratos e Apoio Técnico para Supervisão, Fiscalização, Avaliação e Elaboração de Material Técnico relativo ao Contrato de Elaboração de Projetos Básicos e Executivos de Arquitetura e	Belém	2.018.385,71

Complementares de Engenharia para Construção da Nova Sede do Ministério Público Do Estado Pará, no Município de Belém		

Obras

Unidades	Local	Valor
Total Obras		**41.925.206,60**
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de prédio anexo à sede do MPPA.	Marabá	156.800,00
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Rio Maria	145.680,64
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Belém	82.656,00
Formação de registro de preços para elaboração de **projetos** de arquitetura e complementares – ARP Projetos	Belém	800.000,00
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Breves	360.017,85
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	São Félix do Xingu	82.656,00
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Jacareacanga	73.600,00
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Paragominas	318.850,56

Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de prédio anexo à sede do MPPA.	Altamira	198.000,00
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a reforma do prédio da antiga ROFAMA.	Belém	287.404,35
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Capanema	278.530,56
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Tucuruí	106.285,77
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Benevides	103.207,55
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Itaituba	97.667,34
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	Santa Izabel do Pará	38.412,18
Elaboração de **projeto** de arquitetura e complementares para a construção de nova sede do MPPA.	São Miguel do Guamá	34.368,58
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	São Miguel do Guamá	3.138.259,05
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Tucuruí	3.000.059,07
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Itaituba	2.632.338,07
Construção do Estacionamento terreno da Grisólia	Belém	2.500.000,00
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Benevides	2.416.859,01
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Bragança	1.604.226,40
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Prainha	1.346.291,71
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Paragominas	1.112.612,25
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Capanema	1.000.019,21

Construção da Sede da Promotoria de Justiça	São João do Araguaia	981.530,30
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Breves	882.246,89
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Belém	561.356,73
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Jacareacanga	529.187,29
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Abaetetuba	6.031.673,00
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Barcarena	3.989.627,62
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Tomé-Açu	1.738.002,98
Construção da Sede da Promotoria de Justiça	Limoeiro do Ajuru	300.000,00
Elevador Edifício Sede e anexos	Belém	680.778,00
Obras civis para instalação de elevadores do Ed Sede e Anexos	Belém	56.000,00
Construção da nova subestação do Ed. Sede	Belém	2.500.000,00
Construção da PJ - Aditivo	Cametá	162.876,23
Construção da PJ	Cametá	368.927,05
Construção da PJ	Canaã dos Carajás	324.630,56
Construção da PJ - Aditivo	Canaã dos Carajás	78.543,72
Elaboração de Projeto Reforma e Ampliação PJ	Bragança	46.755,86
Elaboração de Projeto Construção Estacionamento Grisólia	Belém	89.618,95
Elaboração de Projeto Reforma Auditório e Guarita	Ananindeua	59.184,16
Elaboração de Projeto Reforma Auditório Sede	Belém	28.730,06
Elaboração de Projeto Reforma Plenário Sede	Belém	49.554,21
Elaboração de Projeto Construção PJ	São João do Araguaia	28.751,45
Elaboração de Projeto Construção PJ	Prainha	54.021,18
Elaboração de Projeto Construção PJ	Benevides	90.177,76
Elaboração de Projeto Construção PJ	São Miguel do Guamá	94.423,63
Elaboração de Projeto Construção PJ	Santa Izabel do Pará	105.534,92

Elaboração de Projeto Construção PJ	Tucuruí	92.948,07
Elaboração de Projeto Construção PJ	Itaituba	85.323,83

5.5 EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Em 2023 o MPPA concluiu o processo de renovação, ampliação e readequação de sua frota veicular. Contando com veículos com 10, 15 anos de utilização foi feito um projeto para a completa renovação da frota institucional, com a aquisição de novos caminhões e vans e a locação de 145 veículos, como picapes, sedans médios e executivos. Com veículos novos e adaptados à realidade geográfica de nosso Estado, além de garantir mais segurança e conforto no deslocamento de servidores e membros para realizarem suas tarefas, ampliou-se o alcance das ações, em especial no interior do Estado, levando a presença do MPPA até as áreas mais distantes, zonas rurais e outros que antes não podiam ser acessados em função do veículo disponibilizado não comportar esse tipo de deslocamento.

Com a entrega de novos prédios que passaram a funcionar como sedes de Promotorias de Justiça no interior do Estado foi feito investimento para dotar os mesmos de estrutura necessária para a execução das atividades ministeriais, bem como para o melhor atendimento da população através da inclusão e substituição permanente do mobiliário disponível nos locais, ativação de serviços de energia elétrica, água e telefonia fixa.

A disponibilização de aparelhos celulares para as promotorias do interior do estado apresentando um novo canal de comunicação com a sociedade local através dos aplicativos de mensagens instantâneas permitindo uma maior agilidade na troca de informações e orientação e, consequentemente, no encaminhamento de denúncias e demandas, o que fortalece a atuação institucional.

Serviços de limpeza e conservação, dedetização, recepcionista, telefonista também foram disponibilizados nos novos espaços institucionais o que garante uma melhor condição de trabalho, um ambiente digno para os que ali exercem suas atividades e para a população que frequenta esses espaços.

No âmbito da virtualização de processos, buscando a redução contínua do volume de documentos físicos tramitando na Instituição, foi ampliado o número de unidades com acesso ao Processo Administrativo Eletrônico (PAE), sistema disponibilizado pelo Governo do Estado e que permite a tramitação virtual de documentos entre as instituições e todo o Poder

Executivo, dando mais celeridade nesse processo e, consequentemente, no atendimento das demandas que são levadas pela população ao Parquet

Nessa mesma linha de atuação foi ampliado o número de processos internos que deixaram de ser físicos passando a integrar o sistema Gedoc, o serviço de digitalização dos documentos existentes no arquivo central e nos arquivos das Promotorias de Justiça no interior do estado, tudo isso objetivando modernizar a estrutura de arquivos e a tramitação de documentos que, além de permitir uma maior celeridade na tramitação, atende aos princípios da gestão sustentável reduzindo a produção de materiais a serem descartados.

Exemplificando a importância dessas ações, temos que o protocolo do MPPA que recebeu em 2023 aproximadamente 19.000 documentos físicos, mesmo com todas as ações adotadas, o que demonstra que é necessário seguir investindo na digitalização de documentos e virtualização de processos.

Na esteira da modernização de processos/serviços, foi iniciado o projeto para mudança de todo o sistema de telefonia da Instituição, tendo sido concluída a avaliação técnica e a definição do novo modelo de telefonia em nuvem a ser implantado, que irá agregar recursos que permitirão, além de uma integração do sistema de telefonia sobre uma gestão unificada, a disponibilização de novas formas de atendimento à população, com centrais digitais e integração com outros canais de atendimento, inteligência artificial e outros recursos, que tendem a facilitar e agilizar o registro de demandas, e seu encaminhamento correto quando feitas através de ligações telefônicas pela população, a partir de qualquer local. O processo de contratação foi iniciado no final de 2023 e a previsão é de que os serviços estejam em funcionamento até junho de 2024.

PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2024

- A ampliação do projeto de virtualização/digitalização de documentos e processos com o objetivo de reduzir ao máximo a utilização de documentos físicos (papel) pela instituição através da inclusão de novos procedimentos no sistema GEDOC e a desativação do sistema SIP, contratação de empresa para realizar a completa digitalização e indexação do passivo de documentos em nosso arquivo central e a disponibilização do sistema PAE em todas as Promotorias de Justiça. Implantação do novo sistema de telefonia em nuvem na instituição até o final do primeiro semestre;
- Ampliação dos serviços de compra de passagens que antes se limitava a passagens aéreas, para possibilitar a aquisição de passagens rodoviárias e fluviais, o que reduzirá o volume de processos internos de ressarcimento e uma maior agilidade no

deslocamento de membros e servidores na execução de atividades institucionais em nosso Estado;

- Disponibilização do suporte necessário para a inauguração ou locação de novos espaços institucionais, dentro e fora do Estado, com o fornecimento de mobiliário, eletrodomésticos, serviços de energia elétrica, recepcionistas, telefonista e outros que sejam necessários para garantir o correto funcionamento das mesmas e um atendimento de excelência para a população que procura as unidades do MPPA.

Belém, PA, 12 de abril de 2024.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça